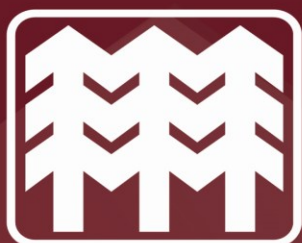


Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas

Preparadas de Acordo com as Normas Internacionais de
Relatórios Financeiros - IFRS

30 de setembro de 2022



**BANCO
PINE**

Índice

Relatório do Auditor Independente.....	1
Balanço Patrimonial.....	3
Demonstração do Resultado.....	4
Demonstração do Resultado Abrangente.....	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Indireto).....	7
Notas Explicativas	
1. Contexto Operacional.....	8
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras Intermediárias.....	8
3. Principais Práticas Contábeis.....	8
4. Segmentos Operacionais.....	15
5. Caixa e Equivalentes de Caixa.....	15
6. Empréstimos e Adiantamentos a Instituições Financeiras.....	15
7. Instrumentos Financeiros de Dívida e de Capital.....	15
8. Instrumentos Financeiros Derivativos para Negociação (Ativo e Passivo) e <i>Hedge</i>	16
9. Empréstimos e Adiantamentos a Clientes, Garantias Prestadas e Títulos com Risco de Crédito.....	19
10. Carteira de Ativos Financeiros por Estágio e Provisão para Perdas de Crédito Esperadas.....	20
11. Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda.....	20
12. Devedores Por depósito em Garantia.....	20
13. Outros Ativos.....	21
14. Imobilizado.....	21
15. Intangível.....	21
16. Depósitos de Instituições Financeiras.....	21
17. Depósitos de Clientes.....	21
18. Captações no Mercado Aberto.....	21
19. Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários.....	21
20. Obrigações por empréstimos e Repasses.....	22
21. Dívida Subordinada.....	22
22. Outros Passivos Financeiros.....	22
23. Provisões.....	22
24. Obrigações Fiscais - Outras.....	23
25. Outros Passivos.....	23
26. Patrimônio Líquido.....	23
27. Ajustes de Avaliação Patrimonial.....	23
28. Receitas com Juros e Similares.....	24
29. Despesas com Juros e Similares.....	24
30. Receitas de Tarifas e Comissões.....	24
31. Despesas de Tarifas e Comissões.....	24
32. Ganhos (Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos) Avaliados ao Valor Justo.....	24
33. Variações Cambiais.....	24
34. Outras Receitas (Despesas) Operacionais.....	24
35. Despesas com Pessoal.....	24
36. Outras Despesas Administrativas.....	25
37. Provisões Líquidas.....	25
38. Resultado na Alienação de Bens.....	25
39. Imposto de Renda e Contribuição Social.....	25
40. Limites Operacionais.....	26
41. Garantias Prestadas.....	26
42. Transações com Partes Relacionadas.....	26
43. Outras Divulgações.....	27
44. Gerenciamentos de Riscos.....	28
45. Outros Assuntos.....	33
46. Reconciliação do Resultado e do Patrimônio Líquido (BRGAAP e IFRS).....	33
47. Eventos Subsequentes.....	33

Banco Pine S.A.

**Demonstrações financeiras intermediárias
consolidadas em
30 de setembro de 2022
e relatório de revisão**



Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Pine S.A.

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Pine S.A. e suas controladas (“Banco”) em 30 de setembro de 2022, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e nove meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias consolidadas acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Pine S.A. e suas controladas, em 30 de setembro de 2022, o desempenho consolidado de suas operações para os períodos de três e nove meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa consolidados para o período de nove meses findo nessa data, de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

São Paulo, 10 de novembro de 2022.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., Av. Brigadeiro Faria Lima 3732, 160, partes 1 e 6, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, São Paulo, SP, Brasil, 04538-132
T: +55 (11) 4004-8000, www.pwc.com.br

ATIVO	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Disponibilidades	5	62.200	222.710
Ativos financeiros avaliados ao valor justo		2.332.600	2.769.715
Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		1.643.016	1.933.514
Instrumentos de dívida	7	89.308	273.584
Instrumentos de capital	7	359	401
Derivativos	8	1.553.349	1.659.529
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		689.584	836.201
Instrumentos de dívida	7	689.584	836.201
Ativos financeiros ao custo amortizado		10.397.021	10.128.393
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	6	185.670	93.012
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	4.828.846	4.342.045
Instrumentos de dívida	7.a	5.616.956	5.869.621
(-) Provisão para perdas esperadas	10.b	(234.451)	(176.285)
Outros ativos		1.176.831	1.115.310
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	811.331	815.601
Outros		365.500	299.709
Devedores por depósitos em garantia	12	60.273	59.354
Imposto de renda a compensar		67.215	73.830
Outros ativos	13	238.012	166.525
Ativos Fiscais		774.504	784.136
Imposto de renda e contribuição social diferidos	39.e	774.504	784.136
Imobilizado	14	20.051	22.956
Imobilizado de uso		20.051	22.956
Intangível	15	1.505	2.150
Intangíveis		1.505	2.150
Total do ativo		14.764.712	15.045.370

PASSIVO	Nota	30/09/2022	31/12/2021
Passivos financeiros		13.846.099	14.169.415
Passivos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)		1.780.847	1.792.181
Instrumentos financeiros derivativos	8	1.780.847	1.792.181
Passivos financeiros ao custo amortizado		12.065.252	12.377.234
Depósitos de instituições financeiras	16	417.084	532.246
Depósitos de clientes	17	7.872.107	7.152.398
Captações no mercado aberto	18	3.549.228	4.485.016
Obrigações por títulos e valores mobiliários	19	-	6.435
Obrigações por empréstimos e repasses	20	23.170	40.662
Dívidas subordinadas	21	173.532	132.506
Outros passivos financeiros	22	30.131	27.971
Provisões	23	40.434	38.443
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões		40.400	38.074
Provisões para riscos fiscais		34	369
Obrigações Fiscais	24	7.423	13.711
Outras		7.423	13.711
Outros Passivos	25	8.493	20.547
Total do passivo		13.902.449	14.242.116
Patrimônio Líquido	26	862.263	803.254
Capital social - País		722.798	1.073.526
Capital social - Exterior		128.867	128.867
Outros resultados abrangentes		(6.411)	(4.522)
Lucro líquido (Prejuízos) acumulados		17.009	(394.617)
Total do passivo e patrimônio líquido		14.764.712	15.045.370

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

BANCO PINE S.A. E CONTROLADAS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA
(Em milhares de Reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)



	Nota	3T22	30/09/2022	3T21	30/09/2021
Receitas com juros e similares	28	405.656	1.112.071	282.596	715.413
Despesas com juros e similares	29	(413.218)	(1.088.018)	(257.179)	(642.216)
Receita líquida com juros e similares		(7.562)	24.053	25.417	73.197
Receitas de tarifas e comissões	30	17.923	33.638	32.487	53.774
Despesas de tarifas e comissões	31	(1.943)	(5.678)	(2.018)	(5.907)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)		58.958	144.525	12.062	37.015
Resultado de ativos financeiros mensurados ao VJR		45.334	167.007	(31.062)	34.140
Instrumentos de dívida	32.a	768	8.794	1.379	3.735
Instrumentos de capital	32.a	12.381	14.738	1.835	2.881
Derivativos	8.i e 32.b	32.185	143.475	(34.276)	27.524
Variações cambiais	33	13.624	(22.482)	43.124	2.875
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(2.645)	(26.037)	11.428	(18.078)
Empréstimos e adiantamentos a clientes		(315)	(16.935)	15.262	(6.696)
Instrumentos de dívida mensuradas ao valor justo através de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado		(2.330)	(9.102)	(3.834)	(11.382)
Outras receitas (despesas) operacionais	34	2.928	5.788	1.923	9.796
Receita líquida operacional		67.659	176.289	81.299	149.797
Despesas administrativas		(72.828)	(168.549)	(53.395)	(147.430)
Despesas com pessoal	35	(43.952)	(96.697)	(26.463)	(70.317)
Despesas tributárias		(8.744)	(19.164)	(5.332)	(16.412)
Outras despesas administrativas	36	(20.132)	(52.688)	(21.600)	(60.701)
Depreciações e amortizações		(1.032)	(4.690)	(2.579)	(7.785)
Provisões (líquidas)	37	4.603	11.833	1.706	(5.475)
Resultado na alienação de bens	38	30.849	44.581	6.086	23.544
Lucro líquido operacional antes da tributação		29.251	59.464	33.117	12.651
Imposto de renda e contribuição social	39.a	(14.269)	(30.369)	(17.388)	(8.818)
Lucro líquido consolidado		14.982	29.095	15.729	3.833
Lucro líquido por ação					
Lucro Líquido básico e diluído por ação					
Ações ordinárias		0,08	0,16	0,11	0,03
Ações preferenciais		0,08	0,16	0,11	0,03
Lucro Líquido atribuído/diluído					
Ações ordinárias		7.867	15.277	8.024	1.955
Ações preferenciais		7.115	13.818	7.705	1.878
Média ponderada das ações emitidas - básica					
Ações ordinárias		97.895.475	97.895.475	75.577.842	75.577.842
Ações preferenciais		88.545.732	88.545.732	72.579.922	72.579.922

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

	Nota	3T22	30/09/2022	3T21	30/09/2021
Lucro Líquido (Prejuízo) consolidado		14.982	29.095	15.729	3.833
Itens que podem ser reclassificados para a Demonstração de Resultado Consolidada					
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		1.109	(1.355)	(6.724)	(26.368)
Variação de valor justo		2.141	(2.347)	(12.205)	(47.921)
Efeito fiscal		(1.032)	992	5.481	21.553
Hedges fluxo de caixa		(179)	(604)	277	657
Variação de valor justo		(325)	(1.098)	502	1.194
Efeito fiscal		146	494	(225)	(537)
Outros		17	70	88	332
Resultado abrangente		15.929	27.206	9.370	(21.546)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

	Capital Social	Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Total Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.202.393	-	14.299	(397.074)	819.618
Prejuízo consolidado do período	-	-	-	3.833	3.833
Outros resultados abrangentes	-	-	(25.379)	-	(25.379)
Ativos financeiros ao VJORA	-	-	(47.921)	-	(47.921)
Hedges fluxos de caixa	-	-	1.194	-	1.194
Imposto de renda diferido	-	-	21.016	-	21.016
Outros resultados abrangentes	-	-	332	-	332
Saldos em 30 de setembro de 2021	1.202.393	-	(11.080)	(393.241)	798.072
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.202.393	-	(4.522)	(394.617)	803.254
Ajustes da aplicação do IFRS 9	-	-	-	(29.451)	(29.451)
Saldos em 01 de janeiro de 2022	1.202.393	-	(4.522)	(424.068)	773.803
Lucro Líquido consolidado do período	-	-	-	29.095	29.095
Outros resultados abrangentes	-	-	(1.889)	-	(1.889)
Ativos financeiros ao VJORA	-	-	(2.347)	-	(2.347)
Hedges fluxos de caixa	-	-	(1.098)	-	(1.098)
Imposto de renda diferido	-	-	1.486	-	1.486
Outros resultados abrangentes	-	-	70	-	70
Outras mutações do patrimônio líquido	61.254	(411.982)	-	411.982	61.254
Aumento de capital	61.254	-	-	-	61.254
Redução de capital	-	(411.982)	-	411.982	-
Saldos em 30 de setembro de 2022	1.263.647	(411.982)	(6.411)	17.009	862.263

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

	Nota	3T22	30/09/2022	3T21	30/09/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro Líquido (Prejuízo) ajustado		17.181	87.895	(13.224)	9.099
Lucro Líquido (Prejuízo) do período		14.982	29.095	15.729	3.833
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		(6.092)	15.875	(19.761)	(12.186)
Depreciação e Amortização		1.032	4.690	2.579	7.785
Impostos diferidos		9.217	24.031	1.363	(13.886)
Provisão para perdas de ativos financeiros		2.645	26.037	(11.428)	18.078
Provisões / Reversões para contingências (líquidas)		(4.603)	(11.833)	(1.706)	5.475
Varição de ativos e passivos operacionais		(262.319)	(421.217)	123.917	(31.876)
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao VJR e VJORA (Instrumentos de dívida e de capital)		357.762	329.046	(18.146)	1.211.367
(Aumento) Redução de Derivativos (líquidos)		(232.570)	94.846	(50.614)	(334)
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras		(184.369)	(181.249)	(72.187)	(78.245)
(Aumento) Redução de Empréstimos e adiantamentos a clientes		(651.964)	(428.635)	31.645	(339.718)
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao custo amortizado (Instrumentos de dívida)		84.790	226.628	(294.967)	(2.594.111)
(Aumento) Redução de Ativos não circulantes mantidos para venda		105.632	4.270	20.186	91.113
(Aumento) Redução de Devedores por depósitos em garantia		(728)	(919)	(377)	(962)
(Aumento) Redução de Imposto de renda a compensar		3.900	6.615	1.351	4.896
(Aumento) Redução de Outros ativos		(85.477)	(70.442)	50.925	(49.932)
(Aumento) Redução de Imposto de renda e contribuição social diferidos		(23.179)	(14.399)	15.494	(5.077)
Aumento (Redução) de Depósitos de instituições financeiras		(63.552)	(115.162)	(18.663)	6.977
Aumento (Redução) de Depósitos de clientes		555.978	719.709	(198.044)	(44.407)
Aumento (Redução) de Captações no mercado aberto		(116.903)	(935.788)	804.798	1.848.099
Aumento (Redução) de Obrigações por títulos e valores mobiliários		-	(6.435)	1.099	2.603
Aumento (Redução) de Obrigações por empréstimos e repasses		(353)	(17.492)	1.317	(10.792)
Aumento (Redução) de Outros passivos financeiros		15.209	2.160	(3.016)	(8.232)
Aumento (Redução) de Provisões		26.695	13.824	3.944	(8.823)
Aumento (Redução) de Obrigações fiscais		4.436	(6.288)	10.004	15.514
Aumento (Redução) de Outras obrigações		(57.626)	(41.506)	(160.832)	(71.812)
Caixa líquido proveniente (aplicado em) de atividades operacionais		(245.138)	(333.322)	110.693	(22.777)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
(Aquisição) Alienação de imobilizado de uso		(14)	(1.139)	-	(166)
(Aquisição) Alienação de intangível		-	-	-	(515)
(Aquisição) de outros investimentos		(1.045)	(1.045)	-	-
Caixa líquido proveniente (aplicado em) atividades de investimento		(1.059)	(2.184)	-	(681)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento de Capital		-	61.254	-	-
Dívidas subordinadas		41.198	41.026	6.547	59.905
Caixa líquido (aplicado em) proveniente de atividades de financiamento		41.198	102.280	6.547	59.905
AUMENTO/REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	5	262.408	312.602	142.069	230.437
Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em Caixa e Equivalentes de Caixa		6.092	(15.875)	19.761	12.186
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	5	63.501	63.501	279.070	279.070

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Pine S.A. ("Pine") é uma companhia aberta, com matriz localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.830 - Itaim Bibi, São Paulo - SP e está autorizado a operar as carteiras comerciais, de investimentos, crédito, financiamento e de câmbio.

As operações do Pine são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições controladas, integrantes do Conglomerado Pine. O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Pine foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas, e somente elas as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Informamos que foram aprovadas, em 07 de novembro de 2022, as Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas em IFRS, de 30 de setembro de 2022, pelo Conselho de Administração do Pine.

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas em IFRS incluem as normas contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores, tendo sido atendidas todas as normas, cuja aplicação era mandatária sem exceções.

A Resolução nº 4.818/20, estabelece que a partir de 1º de janeiro de 2022, as instituições financeiras que divulgarem ou publicarem Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas, devem adotar o padrão contábil internacional (IFRS) na elaboração dessas demonstrações.

b) Normas e interpretações que entrarão em vigor após 30 de setembro de 2022.

Na data de preparação destas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas, as seguintes normas que possuem data de adoção efetiva após 30 de setembro de 2022 e ainda não foram adotadas pelo Banco Pine são:

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis: A alteração tem como objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2023. O Banco Pine está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: A alteração tem como objetivo esclarecer como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente à transações futuras e outros eventos futuros, já as mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente à transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: A alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

IFRS 17 - Contratos de Seguros: Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS para contratos de seguros que visa substituir o IFRS 4. O IFRS 17 tem como data de implementação 1 de janeiro de 2023. Esta norma tem a objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Banco Pine está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.

Melhorias anuais: Em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- **IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros:** Simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

- **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros:** esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.

- **IFRS 16 - Arrendamentos:** alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

- **IAS 37 - Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** Em maio de 2020, o IASB emitiu alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022. O Pine não identificou impactos relevantes sobre o tema.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas nos períodos apresentados nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas controladas pelo Pine.

a) Base de consolidação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas do Pine, são apresentadas em Reais (R\$), moeda funcional do Pine, incluindo sua dependência no Exterior e, exceto quando indicado, os valores são expressos em milhares de Reais e foram arredondados para o milhar mais próximo.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Banco Pine.

Destacamos abaixo as entidades incluídas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas:

	Atividades	Participação no capital (%)	
		30/09/2022	31/12/2021
Dependências no exterior			
Agência Grand Cayman	Dependência no exterior	100,0000	100,0000
Subsidiárias			
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	Consultoria	99,9900	99,9900
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	DTVM	99,9998	99,9998
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	Consultoria	99,9998	99,9998
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)	SPE	99,9999	99,9999
Pine Corretora de Seguros Ltda.	Corretora	99,9990	99,9990
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	SPE	99,9999	99,9900
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	SPE	99,9999	99,9900

	30/09/2022							Pine
	Pine Investimentos	Pine Planejamento	P3 Desenvolvimento Imobiliário ⁽¹⁾	Pine Campo Grande	Pine Assessoria	Pine Corretora ⁽²⁾	Pine Ativos Imobiliários ⁽³⁾	
ATIVO								
Disponibilidades	2.280	191	23.425	847	3.135	9.543	20.484	
Outros ativos financeiros	2.525	483	177.124	1	1.113	2.048	615	
(-) Provisão para perdas esperadas associadas	-	-	(2.721)	-	-	-	-	
Ativos fiscais	211	-	925	-	-	-	81	
Investimento em participações em coligadas	-	-	-	-	-	-	33.463	
Outros ativos	88	-	384.596	51.023	-	19.500	492	
Total do ativo	5.104	674	583.349	51.871	4.248	31.091	55.135	
PASSIVO								
Outros passivos	270	1	21.427	12	503	647	394	
Total do passivo	270	1	21.427	12	503	647	394	
Patrimônio líquido	4.834	673	561.922	51.859	3.745	30.444	54.741	
Capital social	4.765	10	565.797	53.200	500	25.100	86.031	
Reservas de Lucros	50	659	-	-	1.353	3.468	-	
Lucros (Prejuízos) acumulados	19	4	(3.875)	(1.341)	1.892	1.876	(31.290)	
Total do patrimônio líquido	4.834	673	561.922	51.859	3.745	30.444	54.741	
Total do passivo e patrimônio líquido	5.104	674	583.349	51.871	4.248	31.091	55.135	

(1) A Administração da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.) aprovou em reunião de sócios realizada em 03 de outubro de 2022, a redução de capital social no montante de R\$175.397, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas e com restituição de tal valor reduzido aos sócios. Dessa forma, a contagem do prazo para efetiva redução de capital, de que trata o §1º do Artigo 1.084 do Código Civil, se inicia nesta data. Após a redução, o capital social será de R\$390.400.

(2) A Administração da Pine Corretora de Seguros Ltda. aprovou em reunião de sócios realizada em 25 de julho de 2022, a redução de capital social no montante de R\$6.998, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas e com restituição de tal valor reduzido aos sócios. Dessa forma, a contagem do prazo para efetiva redução de capital, de que trata o §1º do Artigo 1.084 do Código Civil, se inicia nesta data, com encerramento em 26 de outubro de 2022. Após a redução, o capital social será de R\$18.102.

(3) A Administração da Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. aprovou em reunião de sócios realizada em 25 de julho de 2022, a redução de capital social no montante de R\$49.038, sendo: (a) R\$32.878 mediante absorção dos prejuízos acumulados verificados no balancete de 31 de dezembro de 2021, com diminuição proporcional do valor nominal das quotas, nos termos dos artigos 1.082, I e 1.083 da Lei 10.406/02; e (b) R\$16.160 com restituição de tal valor aos sócios e diminuição do valor nominal das quotas. Dessa forma, a contagem do prazo para efetiva redução de capital, de que trata o §1º do Artigo 1.084 do Código Civil, se inicia nesta data, com encerramento em 26 de outubro de 2022. Após a redução, o capital social será de R\$36.993.

Consolidação

O Pine consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

b) Base de avaliação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros e instrumentos financeiros reconhecidos e designados como objeto de hedge em transações qualificáveis de hedge de valor justo atribuível ao risco protegido.

c) Estimativas e julgamentos contábeis relevantes

A preparação das Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas em IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam à aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas, custos e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Mensuração das provisões para perdas esperadas

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de grupos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

(ii) Valor justo dos instrumentos financeiros

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma negociação entre partes não relacionadas. Caso o preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado através de modelo interno com base nesse preço.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial não pode ser derivado de um mercado ativo, eles são determinados utilizando uma variedade de técnicas de valorização que inclui o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis do mercado sempre que possível, mas, quando os dados não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. Os julgamentos incluem considerações de liquidez e modelos de variáveis como volatilidade de derivativos de longo prazo e taxas de desconto e taxas de pré-pagamento.

(iii) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Pine terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser realizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em projeções de eventos e tendências de mercado.

(iv) Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

d) Regime de competência

A entidade prepara as suas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de acordo com o critério contábil da competência.

e) Gestão do capital

A gestão do capital é efetuada nos níveis regulatórios e econômicos e está baseada na análise dos índices de capital do Bacen.

f) Moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação

Cada empresa do consolidado determina sua própria moeda funcional conforme IAS 21 - "Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio". Os itens incluídos nas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas de cada entidade do Grupo são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade atua (moeda funcional).

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Pine, e inclusive da agência no exterior.

Transações e saldos em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são aquelas originalmente denominadas ou com liquidação em moeda estrangeira. Tais transações são convertidas na moeda funcional usando as taxas de câmbio da data da transação ou da data da avaliação, na qual os itens são remensurados.

Os ganhos e perdas cambiais relacionados a caixa e equivalentes, empréstimos e adiantamentos, outros ativos, obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior, depósitos de clientes, obrigações por empréstimos e repasses, relações com correspondentes e dívidas subordinadas são apresentados na demonstração de resultado como receita (despesa) de juros.

Conversão de moeda funcional para moeda de apresentação para unidades no exterior.

Considerando que nenhuma das unidades do Grupo opera com moeda funcional de economia hiperinflacionária, os resultados e as posições financeiras das entidades do Banco Pine, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos da seguinte maneira:

- Ativos e passivos são convertidos pela taxa de câmbio de fechamento na data do balanço;
- Receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias no período de apuração.

Na consolidação, diferenças cambiais decorrentes da conversão de investimento líquido em entidades no exterior são lançadas em "outros resultados abrangentes".

Em caso de venda, total ou parcial, de negócio no exterior, as diferenças cambiais são reconhecidas no resultado como parte do ganho (perda) na venda.

g) Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado pelo método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e os recebimentos futuros durante a vida prevista do ativo ou do passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou do passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou do passivo financeiro, considerando todos os termos contratuais, não incluindo perdas futuras em operações de crédito.

Os juros decorrentes da aplicação da taxa efetiva são contabilizados na rubrica "Receitas com juros e similares" na demonstração do resultado.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as taxas e comissões, os custos de transação, os descontos e os prêmios que são pagos ou recebidos e que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação incluem os custos incrementais que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na demonstração de resultados incluem:

- Juros de ativos e passivos financeiros registrados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros;
- A parte efetiva de derivativos de *hedge* qualificados e designados em uma relação de *hedge* de fluxo de caixa, no mesmo período em que o item protegido é lançado em receitas/despesas de juros;
- Alterações no valor justo de derivativos qualificados (incluindo inefetividades do *hedge*) e dos respectivos itens protegidos, quando o risco de taxa de juros é o risco protegido.

Receitas e despesas de juros de todos os ativos e passivos financeiros para negociação são consideradas incidentes às operações de negociação do Pine e são apresentadas de forma agregada a todas as mudanças no valor justo dos ativos e passivos para negociação em "Resultado de ativos e passivos financeiros mensurados através de Valor Justo no Resultado (VJR)".

h) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos a prazo, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Pine para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

i) Taxas e comissões

As receitas e as despesas de taxas e comissões que são parte integrante da taxa efetiva de juros de um ativo ou passivo financeiro são incluídas na apuração da taxa efetiva de juros e são contabilizados na rubrica "Receitas de juros e similares" na demonstração do resultado.

As demais receitas de taxas e comissões são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados e são contabilizados na rubrica "Receitas de tarifas e comissões" na demonstração do resultado.

Outras despesas com taxas e comissões referem-se basicamente a eventos que são reconhecidos no resultado conforme os serviços são recebidos.

j) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda corrente é a expectativa de pagamento de impostos sobre o resultado tributável para o exercício, usando taxas promulgadas na data do balanço, e qualquer ajuste ao imposto a pagar com relação a exercícios anteriores.

O imposto de renda diferido é incidente sobre as diferenças temporárias entre os saldos contábeis dos ativos e passivos e os saldos fiscais para fins de apuração tributária. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social devem ser reconhecidos somente se há expectativa de que serão realizados com a geração de lucros tributáveis estimados. Os créditos tributários são mensurados às taxas fiscais que são esperadas de serem aplicadas às diferenças temporárias quando estas forem revertidas, com base em leis que estão promulgadas na data de balanço.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que é provável que lucros tributáveis futuros sejam gerados para sua utilização, e devem ser revisados a cada data de balanço, sendo reduzidos à medida que não seja mais provável que estes benefícios fiscais serão utilizados.

A despesa de imposto de renda compreende os impostos sobre a renda correntes e diferidos, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Imposto de renda e contribuição social", exceto nos casos em que se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

A alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 21% com vigência a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, nos termos da Lei 14.446/22, que altera o Art. 3º, inciso II-A Lei nº 7.689/88.

k) Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do Pine são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

(i) Reconhecimento inicial

Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o Pine se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao Pine. Enquanto as operações de crédito são reconhecidas quando o Pine transfere os recursos aos clientes.

Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo Pine no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

(ii) Classificação e mensuração de Instrumentos Financeiros

De acordo com os requerimentos do IFRS 9, a classificação de ativos financeiros é norteada por dois grandes direcionadores: a) O modelo de negócios em que são gerenciados os ativos financeiros; b) A característica do fluxo de caixa dos ativos financeiros (Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros).

(iii) Avaliação do modelo de negócio - Ativos Financeiros

O Pine classifica e mensura sua carteira de negociação e seus derivativos em VJR. O Pine pode designar instrumentos em VJR, de maneira irrevogável, se, ao fazer isso, eliminar e reduzir significativamente inconsistências de mensuração e reconhecimento.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação, se forem instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo tiver sido aplicada.

(iv) Teste de SPPJ ("Somente Pagamento de Principal e Juros") - Ativos Financeiros

Além da análise do modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, o Pine avalia os termos contratuais de tais ativos para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

"Principal", para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o Pine realiza julgamento e considera fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais não são relacionados a um acordo de empréstimo básico, não resultado assim em fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados, independente de qual modelo de negócios seja gerido.

(v) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representem fluxos de caixa contratuais que resultem apenas em pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de realização no vencimento; para os ativos financeiros, tal montante é ajustado por qualquer provisão para perda esperada de crédito.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro. No caso de ativos financeiros com problemas de recuperação, é aplicada a taxa de juros efetiva ajustada (considera a perda de crédito esperada) ao custo amortizado do ativo financeiro.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em 'Receitas com juros'.

Os passivos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados com tal no reconhecimento inicial.

(vi) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Itens ao valor justo através do resultado compreendem itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído em sua marcação à mercado, de modo a refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando assim as alterações no valor justo atribuído ao risco de crédito.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuído às mudanças na qualidade de crédito do Pine é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro.

(vii) Itens mantidos para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação, se:

- For adquirido para ser vendido ou recomprado no curto prazo; ou
- No reconhecimento inicial, faz parte da carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo.

(viii) Designação irrevogável de um instrumento financeiro como mensurado a valor justo através do resultado

No reconhecimento inicial, um ativo ou passivo financeiro pode ser designado de modo irrevogável, como mensurado ao valor justo através do resultado, se tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (descasamento contábil) que, de outro modo, poderia resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Pine não possuía ativos e passivos financeiros designados de forma irrevogável como mensurado ao valor justo por meio de resultado.

(ix) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciem uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O Pine pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo Pine em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a administração do Pine não optou por designar quaisquer instrumentos patrimoniais ao VJORA.

(x) Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios em que tais ativos estão sendo geridos e das características de fluxo de caixa do mesmo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas e que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na nota 3.m).

(xi) Técnicas de Avaliação x Hierarquia do valor justo e Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1** - mensurações à valor justo obtidas a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro (principalmente LTN, LFT, NTN-B e NTN-F) e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.

- **Nível 2** - mensurações obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Privados (com destaque na carteira de Debêntures) em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros (basicamente swaps e opções), utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- **Nível 3** - mensurações são as obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Quando houver informações que não sejam baseadas em dados de mercado observáveis, o Pine utiliza modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. No nível 3 são classificados, principalmente, ações cotadas em bolsa sem liquidez e títulos privados onde não possuem dados de mercado observáveis para determinar a melhor referência de valor justo. Não existem derivativos classificados no nível 3.

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Pine para apurar seu valor justo:

	30/09/2022			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	89.667	1.553.349	-	1.643.016
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	581.712	-	107.872	689.584
Passivos financeiros para negociação (derivativos)	-	1.780.847	-	1.780.847

	31/12/2021			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros a valor justo através do resultado (VJR)	273.985	1.659.529	-	1.933.514
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	736.443	-	99.758	836.201
Passivos financeiros para negociação (derivativos)	-	1.792.181	-	1.792.181

No período findo em 30 de setembro de 2022 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve transferência entre os níveis.

I) Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

De acordo com o IFRS 7 e CPC 40 Instrumentos Financeiros – Divulgações, apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros e seu valor justo, conforme quadro abaixo:

	30/09/2022		31/12/2021	
	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	62.200	62.200	222.710	222.710
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras ⁽ⁱⁱ⁾	185.670	185.670	93.012	93.012
Empréstimos e adiantamentos a clientes ⁽ⁱⁱⁱ⁾	4.728.782	4.828.846	4.311.154	4.342.045
Instrumentos de dívida ^(iv)	5.616.956	5.616.956	5.869.621	5.869.621
Total dos ativos financeiros	4.976.652	5.076.716	4.626.876	4.657.767
Passivos financeiros				
Depósitos de instituições financeiras ^(v)	417.084	417.084	532.246	532.246
Depósitos de clientes ^(vi)	6.912.154	7.872.107	6.411.045	7.152.398
Captações no mercado aberto ^(vii)	3.549.228	3.549.228	4.485.016	4.485.016
Obrigações por títulos e valores mobiliários ^(viii)	-	-	6.435	6.435
Obrigações por empréstimos e repasses ^(ix)	24.035	23.170	41.700	40.662
Outros passivos financeiros e Outras Obrigações ^(x)	30.131	30.131	27.971	27.971
Dívidas subordinadas ^(xi)	173.532	173.532	132.506	132.506
Total dos passivos financeiros	11.106.164	12.065.252	11.636.919	12.377.234

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

(i) O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, instrumentos de dívida, instrumentos de capital, instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras refletem seu valor contábil.

(ii) Empréstimos e adiantamentos a clientes, instituições financeiras e instrumentos de dívida são mensurados líquidos da provisão para *impairment*. O valor justo dessas operações representa o valor descontado de fluxos de caixa futuros que se espera receber. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas correntes do mercado para determinar seu valor justo.

(iii) O valor justo estimado dos depósitos de instituições financeiras, captações no mercado aberto, obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros e outros passivos financeiros refletem seu valor contábil.

(iv) O valor justo estimado dos depósitos de clientes e os outros empréstimos sem cotação no mercado ativo é baseado em fluxos de caixa descontados utilizando-se taxas de juros para novas dívidas com prazos de vencimento similares. O valor justo dos depósitos sem vencimento determinado, o que inclui depósitos não remunerados, se aproxima substancialmente do seu valor contábil.

(v) Reclassificação de instrumentos financeiros

O Pine não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

O Pine não reclassificou seus ativos e passivos financeiros nos períodos apresentados.

(vi) Desreconhecimento de ativos financeiros

- Renegociações

O Pine desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o Pine reconhece um ganho ou perda de modificação.

- Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o Pine transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o Pine não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Grupo quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

m) Redução ao valor recuperável

(i) Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas:

O Pine registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para as garantias financeiras, que nesta seção serão todos considerados como "instrumentos financeiros sujeitos à perdas esperadas".

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do Pine para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na nota 44.h.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na nota 44.h.

O Pine estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na nota 44.h.

Baseado no processo acima, o Pine distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Pine reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, o Pine registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O Banco registra uma provisão para PE Vida.

Cálculo das perdas esperadas

O Pine calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default – PD*): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

- Exposição no momento da inadimplência (*Exposure at default - EAD*): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

- Perda dada a inadimplência (*loss given default – LGD*): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na nota 44.h.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o Pine tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

Estágio 1: O Pine calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente.

Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, o Pine reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.

Estágio 3: para operações consideradas com problemas de recuperação, o Pine reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.

Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o Pine estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida. A PE é então baseada no valor presente da insuficiência de fluxos de caixa se o limite for utilizado. A insuficiência de caixa esperada é descontada a valor presente.

(ii) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, o valor da PE é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desreconhecimento dos ativos.

(iii) Garantias financeiras prestadas (avais e fianças)

A insuficiência de caixa das garantias prestadas é a diferença entre (i) os desembolsos esperados para reembolsar o beneficiário da garantia, com o propósito de cobrir a sua perda de crédito incorrida (valor garantido) e (ii) qualquer valor que a entidade espera recuperar junto ao solicitante da garantia financeira, que normalmente é um de seus clientes (valor passível de recuperação).

(iv) Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o Banco utiliza uma série de informações macro econômicas prospectivas, como:

- IGPM;

- Produção Industrial (%).

O Pine realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O Pine considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

(v) Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio – LDP*)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o Pine utiliza suas classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O Pine pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o Pine considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais e os títulos privados, classificados como *investment grade* pelas agências de rating na visão local.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, a IFRS 9 determina que não é necessário avaliar se houve ou não aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, sendo que essas operações serão inicialmente alocadas no Estágio 1 (PE para 12 meses) e se, porventura, vierem a apresentar inadimplência, serão migradas automaticamente para o estágio 3, onde as perdas esperadas serão reconhecidas pela vida do contrato (PE Vida).

n) Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos

Derivativos mantidos para gerenciamento de riscos incluem todos derivativos ativos e passivos que não são classificados como mantidos ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR).

O Pine designa certos derivativos mantidos para gerenciamento de riscos como instrumentos de *hedge* em relações de *hedge accounting*. Na designação inicial do *hedge*, o Pine documenta formalmente a relação de *hedge* entre os instrumentos de *hedge* e os itens objetos de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de risco e estratégias na contratação dos instrumentos de *hedge*, juntamente com a metodologia que será utilizada na mensuração da efetividade do *hedge*. O Pine avalia, no início e em bases periódicas, se os instrumentos de *hedge* são efetivos na compensação das variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos respectivos itens objetos de *hedge*, durante o período para o qual o *hedge* está designado, e se os resultados atuais de cada *hedge* estão dentro dos limites de 80% a 125% de efetividade.

Toda parcela de inefetividade é reconhecida no resultado na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais".

Hedge de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um *hedge* das variações nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido que poderá afetar o resultado, a proporção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. O valor reconhecido no patrimônio líquido é subtraído e transferido para o resultado no mesmo período do item objeto de *hedge*. Qualquer parcela inefetiva das variações do valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Se o derivativo vence ou é vendido, cancelado ou realizado, não cumpre mais com os critérios de contabilização de *hedge* de fluxo de caixa, ou sua designação é revogada, a contabilização como *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o valor reconhecido no patrimônio líquido permanece registrado até que a transação prevista tenha impacto no resultado. Caso a transação prevista não seja mais provável de ocorrência, a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa é interrompida e o saldo registrado no patrimônio líquido é subtraído e transferido imediatamente para o resultado do exercício.

o) Ativos não circulantes mantidos para venda

São considerados como tal os ativos não correntes cujo valor contábil será recuperado através de venda e não pelo seu uso contínuo.

Para que seja classificado como "mantido para a venda", o ativo deve: estar disponível para a venda imediata; ter sua venda altamente provável, ou seja, deve haver um plano formal para sua alienação; estar em processo de identificação de um comprador e conclusão da venda; ser ativamente negociado em mercado de forma a permitir indicação de seu valor justo.

Imóveis e outros ativos não circulantes tomados ou recebidos como quitação total ou pagamento das obrigações dos devedores são considerados como ativos não correntes "mantidos para a venda" se atenderem as condições supracitadas.

São mensurados pelo menor montante entre seu valor justo menos custos de venda e o valor contábil na data em que foram classificados como "mantidos para a venda". Estes bens não estão sujeitos à depreciação.

p) Ativos tangíveis

Os bens do Ativo Imobilizado correspondem aos bens e direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da entidade.

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos tangíveis são avaliados pelo custo menos as depreciações acumuladas e perdas por *impairment*.

O custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. O custo de ativos tangíveis construídos pela própria empresa inclui o custo de materiais e mão-de-obra direta, quaisquer outros custos diretamente atribuíveis necessários à operacionalidade para a utilização prevista, e os custos de remoção dos itens e recuperação do local em que se encontram estabelecidos. Softwares adquiridos integrados à funcionalidade de um ativo tangível são registrados como parte do ativo tangível.

Quando os principais componentes de um ativo tangível possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do ativo tangível.

(ii) Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada de cada parte de um ativo tangível.

As vidas úteis estimadas dos ativos tangíveis para os períodos atual e comparativo são:

- Veículos: 5 anos
- Sistemas de computação: 5 anos
- Outros bens: 10 anos

IFRS 16 – Arrendamentos: O pronunciamento substituiu a IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). Elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; (b) inicialmente, reconhecer o ativo de direito de uso e o passivo ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados no início do arrendamento. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

O Banco arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes ao mecanismos de funcionamento de seu negócio.

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data (Nota 14).

q) Ativos intangíveis

O Ativo Intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(i) Licença de uso de sistemas - software

De acordo com o IFRS (IAS 38), os gastos com softwares adquiridos e desenvolvidos são classificados em três etapas distintas: 1. Etapa Preliminar do Projeto (despesa); 2. Etapa de Implantação do Projeto (capitalizar) e 3. Etapa Pós-implantação do Projeto (despesa).

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente no resultado à medida que são incorridas.

(ii) Amortização

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso.

A vida útil estimada dos ativos intangíveis para os períodos atual e comparativo são:

Softwares: 5 anos

(iii) Outros intangíveis

Os demais ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos pelo Pine são registrados pelo valor de custo, deduzidos das amortizações acumuladas e das perdas por *impairment*.

As amortizações são reconhecidas no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada dos ativos.

r) Outros ativos

Inclui o saldo de todos os adiantamentos e o valor de quaisquer outros valores e bens não considerados como ativo financeiro.

s) Outros passivos

Outros passivos incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida de adiantamentos e o valor de quaisquer outras obrigações não consideradas como passivo financeiro.

t) *Impairment* de ativos não-financeiros

De acordo com o IFRS (IAS 36), o *impairment* de ativos não financeiros tem como base o valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa que é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Em linhas gerais, o teste de *impairment* para o IFRS é efetuado com base no *recoverable amount*, que é o maior valor entre o valor justo (-) o custo para vender ou o valor em uso que representa o fluxo de caixa esperado pelo uso contínuo do ativo descontado ao valor presente.

u) Depósitos, títulos emitidos, dívidas subordinadas, empréstimos e repasses e captações no mercado aberto

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são as fontes do Pine para financiamento de suas operações.

Os depósitos, os títulos emitidos, as dívidas subordinadas e os empréstimos e repasses são inicialmente mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação incrementais diretamente atribuíveis à sua emissão, e subsequentemente são avaliados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto nos casos em que o Pine designou os passivos a valor justo contra resultado.

Quando o Pine vende um ativo financeiro e simultaneamente assina um contrato de recompra do ativo (ou um ativo similar) a um preço fixo ou em uma data futura ("venda com compromisso de recompra" ou "empréstimo de títulos"), o contrato é contabilizado como captações no mercado aberto e o ativo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstrações financeiras do Pine.

v) Provisões

Uma provisão é reconhecida se, como resultado de um evento passado, o Pine tem uma obrigação presente, que pode ser estimada de modo confiável, e seja provável uma saída de benefícios econômicos para sua liquidação.

x) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com o IAS 37, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;

- Provisões: É determinada a probabilidade de quaisquer julgamentos ou resultados desfavoráveis destas ações, assim como do intervalo provável de perdas, quando é provável uma saída de recurso para liquidar tais perdas. A determinação da provisão necessária para esses processos é feita após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores legais. Estão provisionadas os processos para aquelas ações que julgamos como provável a possibilidade de perda. As provisões requeridas para essas ações podem sofrer alterações no futuro devido às mudanças relacionadas ao andamento de cada ação;

- Passivo contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Pine ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Tais contingências, quando avaliadas como possível pelos assessores jurídicos, são divulgadas;

- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a processos administrativos ou judiciais relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou a constitucionalidade que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, os montantes discutidos são integralmente provisionados e atualizados de acordo com a legislação vigente.

w) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade etc. O Pine emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal dos seus negócios bancários.

De acordo com os requerimentos do IFRS 15, são registrados inicialmente ao valor justo ativos ou passivos de contrato de garantias financeiras, o quais representam geralmente o valor da comissão recebida ou a receber. Subsequentemente, os ativos e passivos de garantias financeiras são mensurados ao maior valor entre o valor justo inicialmente reconhecido (menos a apropriação do valor da comissão no resultado) e a melhor estimativa de gasto exigido para liquidar as obrigações. O Pine reconhece o valor presente de taxas, comissões e juros a receber das garantias financeiras prestadas na rubrica "Outros Passivos Financeiros".

x) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Pine no final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

y) Capital acionário e reservas

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são deduzidos da mensuração inicial dos respectivos instrumentos de capital emitidos.

(i) Ações em tesouraria

As ações preferenciais e ordinárias recompradas são registradas no patrimônio líquido em ações em tesouraria pelo seu preço médio de aquisição.

As ações que venham a ser vendidas posteriormente, por exemplo, as vendas aos beneficiários do Plano de Outorga de Opções de Ações, são registradas como uma redução das ações em tesouraria, mensuradas pelo preço médio das ações mantidas em tesouraria naquela data.

A diferença entre o preço de venda e o preço médio das ações em tesouraria é contabilizada em conta específica do patrimônio líquido. O cancelamento de ações mantidas em tesouraria é contabilizado como uma redução nas ações em tesouraria contra conta de reservas no patrimônio líquido, pelo preço médio das ações em tesouraria na data do cancelamento.

(ii) Lucro ou prejuízo por ação

O Pine apresenta informações sobre o lucro ou prejuízo por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais segregadas por classe. O lucro ou prejuízo por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais do Pine pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício. O lucro ou prejuízo por ação diluído é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo atribuível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em circulação para os efeitos de todas as ações ordinárias e preferenciais com potencial diluição.

O Pine não possuía instrumentos com potencial de diluição nos períodos findos em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

(iii) Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e ativos tangíveis e intangíveis.

Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no montante e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

4. SEGMENTOS OPERACIONAIS

De acordo com o IFRS 8, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

- Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

- Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Pine opera no Brasil e no exterior, por intermédio da agência de Cayman, com clientes brasileiros e portanto não apresenta segmentação geográfica.

O Pine não identificou segmentos operacionais reportáveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/09/2022	31/12/2021
Disponibilidades (Caixa)	62.200	222.710
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras (Nota 6) ⁽¹⁾	1.301	89.892
Total	63.501	312.602

(1) Refere-se a operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação foi igual ou inferior a 90 dias.

6. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	30/09/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	185.670	93.012
Total	185.670	93.012
Tipo:		
Aplicações em operações compromissadas	1.299	13.499
Aplicações em depósitos interfinanceiros	184.371	79.513
Total	185.670	93.012

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DE DÍVIDA E DE CAPITAL

a) Composição

Os instrumentos de dívida e de capital, em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estão compostos como segue:

Classificação	30/09/2022			31/12/2021		
	Valor Justo	Valor de Curva	Ajuste de MTM	Valor Justo	Valor de Curva	Ajuste de MTM
Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)						
Instrumentos de dívida	89.308	89.787	(479)	273.584	273.879	(295)
Instrumentos de capital	359	359	-	401	401	-
Total	89.667	90.146	(479)	273.985	274.280	(295)
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados Abrangentes (VJORA)						
Instrumentos de dívida	689.584	700.731	(11.147)	836.201	840.142	(3.941)
Total	689.584	700.731	(11.147)	836.201	840.142	(3.941)
Instrumentos financeiros ao custo amortizado						
Instrumento de dívida	5.616.956	5.616.956	-	5.869.621	5.869.621	-
Total	5.616.956	5.616.956	-	5.869.621	5.869.621	-
Total Geral	6.396.207	6.407.833	(11.626)	6.979.807	6.984.043	(4.236)

b) Composição por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento

A composição, por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento dos saldos da rubrica Instrumentos de Dívida e de Capital é a seguinte:

Papel/Vencimento							30/09/2022		
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor de Mercado/Contábil		
							Acima de 15 anos	Total	
Instrumentos fin. ao valor justo através do resultado								Total	Valor de Curva
Ações	359	-	-	-	-	-	-	359	359
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-	60.579	-	60.579	60.589
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	8.380	20.045	16	288	28.729	29.198
Total	359	-	-	8.380	20.045	60.595	288	89.667	90.146
Instr. fin. ao valor justo através de outros res. abrangentes									
Eurobonds	-	-	-	2.848	-	-	-	2.848	3.001
Certificado de recebíveis agronegócio	-	-	-	-	23.417	9.907	-	33.324	33.821
Debêntures	-	-	16.958	34.253	68.091	-	22.823	142.125	142.205
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	207.424	-	-	-	207.424	207.790
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	13.594	43.061	-	-	-	56.655	60.275
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	79.701	28.341	74.968	10.087	-	193.097	195.611
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	54.111	-	-	-	54.111	58.028
Total	-	-	110.253	370.038	166.476	19.994	22.823	689.584	700.731
Instrumentos fin. ao custo amortizado									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	611.229	-	-	-	611.229	611.229
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	127.716	309.144	-	-	-	436.860	436.860
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	143.716	644.047	578.258	293.518	-	1.659.539	1.659.539
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	254.712	2.152.593	502.023	-	2.909.328	2.909.328
Total	-	-	271.432	1.819.132	2.730.851	795.541	-	5.616.956	5.616.956
Total Geral	359	-	381.685	2.197.550	2.917.372	876.130	23.111	6.396.207	6.407.833

Papel/Vencimento							31/12/2021		
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Valor de Mercado/Contábil		
							Acima de 15 anos	Total	
Instrumentos fin. ao valor justo através do resultado								Total	Valor de Curva
Ações	401	-	-	-	-	-	-	401	401
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	264.920	-	-	264.920	265.145
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	4	8.352	-	16	292	8.664	8.734
Total	401	-	4	8.352	264.920	16	292	273.985	274.280
Instr. fin. ao valor justo através de outros res. abrangentes									
Debêntures	-	-	7.952	32.068	69.094	-	22.711	131.825	131.948
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	374.794	189.792	-	-	564.586	564.603
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	53.236	-	-	-	53.236	57.381
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	-	19.992	-	-	19.992	20.016
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	-	56.324	10.238	-	66.562	66.194
Total	-	-	7.952	460.098	335.202	10.238	22.711	836.201	840.142
Instrumentos fin. ao custo amortizado									
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	561.227	-	-	561.227	561.227
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	247.990	418.020	-	-	-	666.010	666.010
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	575.828	762.127	288.141	-	1.626.096	1.626.096
Notas no Tesouro Nacional - NTN-F	-	-	-	-	266.195	2.750.093	-	3.016.288	3.016.288
Total	-	-	247.990	993.848	1.589.549	3.038.234	-	5.869.621	5.869.621
Total Geral	401	-	255.946	1.462.298	2.189.671	3.048.468	23.003	6.979.807	6.984.043

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS PARA NEGOCIAÇÃO (ATIVO E PASSIVO) e HEDGE

a) Política de utilização

O crescente nível de sofisticação das empresas em um mercado globalizado, ocasionou um aumento na demanda por instrumentos financeiros derivativos para administrar riscos de mercado dos seus balanços, resultantes basicamente de flutuações em taxas de juros, câmbio, commodities e demais preços de ativos. Desta forma, o Pine oferece alternativas aos seus clientes de mitigação de riscos de mercado, através de instrumentos adequados, bem como para atender às suas próprias necessidades no gerenciamento destes riscos.

b) Gerenciamento

O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado utilizando-se de metodologias, tais como: VaR, Sensibilidade, Risco de Liquidez e Cenários de Estresse. Com base nessas informações, a tesouraria providencia os instrumentos financeiros derivativos necessários, de acordo com a política de riscos de mercado e liquidez previamente definidas pela Administração. As operações de derivativos efetuadas pelo Pine junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado.

A comercialização de instrumentos financeiros derivativos junto a clientes é precedida da aprovação de limites de crédito. O processo de aprovação dos limites também leva em consideração potenciais cenários de estresse.

O conhecimento do cliente, do setor em que atua e do seu perfil de apetite a riscos, assim como a prestação de informações sobre os riscos envolvidos na operação e sobre as condições negociadas, asseguram a transparência na relação entre as partes e permitem que se ofereça ao cliente o produto mais adequado às suas necessidades.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pelo Pine com clientes no Brasil refere-se a operações de swap, termos, opções e futuros, registradas na B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão. No exterior, realizam-se operações com contratos derivativos de futuros, termos, opções, swaps com registro principalmente nas Bolsas de Chicago, Nova York e Londres. Importante destacar que no exterior existem operações de balcão, mas seus riscos são considerados baixos em relação ao total do Pine.

Como principais fatores de riscos de mercado monitorados pelo Pine, destacam-se os de natureza cambial, oscilação de taxa de juros local (Pré, TR, IGP-M, TJLP, IPCA), cupom cambial e commodities. O Pine vem atuando de forma conservadora, minimizando as exposições por fatores de risco bem como os descasamentos de prazo da carteira.

c) Critérios de avaliação e mensuração, métodos e premissas utilizados na apuração do valor de mercado

Para a apuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, o Pine utiliza as taxas referenciais de mercado divulgadas principalmente pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão, Intercontinental Exchange - ICE e Bloomberg. Para derivativos que não têm preços diretamente divulgados por bolsas, os preços justos são obtidos por meio de modelos de apreçamento que utilizam informações de mercado, inferidas a partir de preços divulgados de ativos de maior liquidez. Destes preços são extraídas as curvas de juros e as volatilidades de mercado que servem de dados de entrada para os modelos. Nesta situação, encontram-se os derivativos de balcão, contratos a termos e títulos pouco líquidos.

d) Posição dos instrumentos financeiros derivativos de negociação

Instrumentos financeiros derivativos	30/09/2022			31/12/2021		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
ATIVO						
Swap - diferencial a receber	4.903	1.419.230	1.424.133	2.312	1.491.882	1.494.194
Contratos a termo - a receber	80.163	42.179	122.342	64.471	21.989	86.460
Prêmios de opções a exercer	5.186	1.688	6.874	78.875	-	78.875
Total a receber	90.252	1.463.097	1.553.349	145.658	1.513.871	1.659.529
PASSIVO						
Swap - diferencial a receber	(4.802)	(1.707.508)	(1.712.310)	(22.647)	(1.743.479)	(1.766.126)
Contratos a termo - a pagar	(47.584)	(3.431)	(51.015)	(22.115)	(3.940)	(26.055)
Prêmios de opções lançadas	(13.633)	(3.889)	(17.522)	-	-	-
Total a pagar	(66.019)	(1.714.828)	(1.780.847)	(44.762)	(1.747.419)	(1.792.181)
Valor líquido	24.233	(251.731)	(227.498)	100.896	(233.548)	(132.652)

e) Valores de referência (*notional*) e valores justos de derivativos de negociação e hedge

	30/09/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado	Valor de Referência	Valor a Receber	Valor a Pagar	Resultado
Swap								
Risco de mercado								
Posição ativa:	4.637.083	1.414.215	-	-	4.307.837	1.478.881	-	-
Juros	4.391.000	1.367.291	-	-	4.257.907	1.421.290	-	-
Moeda	246.083	46.924	-	-	49.930	57.591	-	-
Posição passiva:	4.637.083	-	(1.702.593)	-	4.307.837	-	(1.763.191)	-
Juros	4.563.205	-	(1.697.972)	-	4.231.425	-	(1.741.701)	-
Moeda	73.878	-	(4.621)	-	76.412	-	(21.490)	-
Valor líquido		1.414.215	(1.702.593)	1.733		1.478.881	(1.763.191)	57.640
Hedge Accounting								
Fluxo de Caixa								
Posição ativa:	8.833	9.918	-	-	11.778	15.313	-	-
Moeda	8.833	9.918	-	-	11.778	15.313	-	-
Valor líquido		9.918	-	(1.444)		15.313	-	1.686
Risco de mercado								
Posição passiva:	227.285	-	(9.717)	-	227.285	-	(2.935)	-
Juros	227.285	-	-	-	227.285	-	-	-
Moeda	-	-	(9.717)	-	-	-	(2.935)	-
Valor líquido		-	(9.717)	(12.043)		-	(2.935)	(1.663)
Valor líquido de Swap		1.424.133	(1.712.310)	(11.754)		1.494.194	(1.766.126)	57.663
Contratos a termo								
Posição ativa:	3.660.208	122.342	-	-	2.357.846	86.460	-	-
Juros	2.038.861	61.755	-	-	1.231.932	19.773	-	-
Moeda	1.467.472	41.269	-	-	1.017.088	57.000	-	-
Commodities	153.875	19.318	-	-	108.826	9.687	-	-
Posição passiva:	3.660.208	-	(51.015)	-	2.357.846	-	(26.055)	-
Juros	1.621.347	-	(8.028)	-	1.125.913	-	(8.576)	-
Moeda	1.558.718	-	(42.926)	-	928.950	-	(6.969)	-
Commodities	480.143	-	(61)	-	302.983	-	(10.510)	-
Valor líquido		122.342	(51.015)	(306.448)		86.460	(26.055)	44.737
Opções								
Prêmios de opções a exercer:	31.000	6.874	-	-	242.956	78.875	-	-
Juros	-	-	-	-	74.919	-	-	-
Moeda	-	6.528	-	-	168.037	78.875	-	-
Commodities	31.000	346	-	-	-	-	-	-
Prêmios de opções lançadas:	218.250	-	(17.522)	-	-	-	-	-
Moeda	-	-	(17.092)	-	-	-	-	-
Commodities	218.250	-	(430)	-	-	-	-	-
Valor líquido		6.874	(17.522)	15.459		78.875	-	91.782
Total a receber (pagar) e ganho (perda)		1.553.349	(1.780.847)	(302.743)		1.659.529	(1.792.181)	194.182

f) Instrumentos financeiros derivativos - contratos de futuros

	30/09/2022								31/12/2021	
	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)		Resultado	Valor de Referência		Ajuste diário a receber (pagar)		Resultado
	Compra	Venda				Compra	Venda			
Mercado interfinanceiro ⁽¹⁾	292.927	1.876.987	2.640	-	-	2.363.828	76.883	1.340	-	-
Moeda	75.302	978.428	2.245	-	-	197.490	1.120.576	20.476	-	-
Cupom cambial futuro	250.305	253.823	143	-	-	476.326	495.256	394	-	-
Índice Bovespa (Ibovespa)	448.946	165.037	-	-	-	277.319	318.032	98	-	-
Total	1.067.480	3.274.275	5.028	-	386.144	3.314.963	2.010.747	22.308	-	(188.346)

(1) Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, contém Instrumento de Hedge com Futuros - DI.

g) Instrumentos financeiros derivativos por vencimento

Valor de referência - Compensação	30/09/2022						31/12/2021	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total	Total	
Swap	159.714	33.585	2.125.032	2.538.336	16.534	4.873.201	4.546.900	
Contratos a termo	2.555.598	562.599	542.011	-	-	3.660.208	2.357.846	
Opções	197.850	-	51.400	-	-	249.250	242.956	
Futuros	1.526.948	342.437	358.329	13.391	2.100.650	4.341.755	5.325.710	
Total	4.440.110	938.621	3.076.772	2.551.727	2.117.184	13.124.414	12.473.412	

h) Instrumentos financeiros derivativos por local de negociação

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as operações de swap, contratos a termo e opções, cujos valores de referência encontram-se registrados em conta de compensação, estão compostas como segue:

Custodiante	30/09/2022				31/12/2021			
	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros	Swaps	Contratos a termo	Opções	Futuros
Bolsa	-	-	-	4.341.755	-	-	-	5.325.710
B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão	-	-	-	3.652.470	-	-	-	4.712.840
Bolsas no exterior	-	-	-	689.285	-	-	-	612.870
Balcão	4.873.201	3.660.208	249.250	-	4.546.900	2.357.846	242.956	-
Instituições Financeiras	4.389.481	-	249.250	-	3.043.478	-	-	-
Empresas	483.720	3.660.208	-	-	1.503.422	2.357.846	242.956	-
Total	4.873.201	3.660.208	249.250	4.341.755	4.546.900	2.357.846	242.956	5.325.710

i) Hedge Accounting

Hedge Fluxo de Caixa

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido pelo IFRS 9, já que o Pine optou por manter a sua estrutura de *hedge* seguindo os requisitos dessa norma.

O objetivo do relacionamento deste *hedge* é anular as exposições da captação em moeda estrangeira e em taxas de juros (*Libor*), e transformá-la em moeda nacional com taxa de juros pré fixada, protegendo os fluxos de caixa de pagamento de juros da dívida (USD) e tornando o fluxo de caixa constante.

Em 30 de setembro de 2022, foi lançado ao patrimônio líquido no valor negativo de R\$257 (valor positivo de R\$841 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de marcação a mercado de instrumentos de *hedge* (swaps) em operações de *hedge accounting* de fluxo de caixa e no valor positivo de R\$255 (valor negativo de R\$844 em 31 de dezembro de 2021), decorrentes de marcação a mercado do objeto do *hedge*. Não houve parcela inefetiva em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

Instrumento de Hedge	30/09/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Contratos de swap (ponta ativa)	8.833	19.414	19.157	(257)	11.778	26.329	27.170	841
Total	8.833	19.414	19.157	(257)	11.778	26.329	27.170	841
Objeto de Hedge								
Repasses do exterior	8.833	19.470	19.215	255	11.778	26.339	27.183	(844)
Total	8.833	19.470	19.215	255	11.778	26.339	27.183	(844)

Hedge de Riscos de Mercado

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido pelo IFRS 9, já que o Pine optou por manter a sua estrutura de *hedge* seguindo os requisitos dessa norma.

Hedge da carteira de captação - CDB: O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das captações pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

Hedge da carteira de operação de crédito - empréstimos FGTS: O objetivo do relacionamento deste *hedge* é reduzir as exposições das da carteira de empréstimos FGTS pré-fixadas e transformá-las em taxa de juros pós-fixada, protegendo a exposição estrutural da flutuação de risco de mercado das taxas de juros.

No exercício de 2021, o Pine contratou estrutura de *hedge accounting* de risco de mercado.

Instrumento de Hedge	30/09/2022				31/12/2021			
	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado	Valor de Referência	Valor de Curva	Valor de Mercado	Ajuste a Mercado
Contratos de swap (ponta ativa)	227.285	244.473	215.425	(29.048)	227.285	231.558	216.318	(15.240)
Total	227.285	244.473	215.425	(29.048)	227.285	231.558	216.318	(15.240)
Objeto de Hedge								
Captações	227.285	244.473	225.062	(19.411)	227.285	231.558	210.867	(20.691)
Total	227.285	244.473	225.062	(19.411)	227.285	231.558	210.867	(20.691)
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	921.315	992.063	920.361	(71.702)	496.203	527.716	495.716	(32.000)
Total	921.315	992.063	920.361	(71.702)	496.203	527.716	495.716	(32.000)
Objeto de Hedge								
Captações	921.315	992.063	888.410	(103.653)	496.203	527.716	485.417	(42.299)
Total	921.315	992.063	888.410	(103.653)	496.203	527.716	485.417	(42.299)
Instrumento de Hedge								
Futuros (DI)	219.190	220.589	218.819	(1.770)	-	-	-	-
Total	219.190	220.589	218.819	(1.770)	-	-	-	-
Objeto de Hedge								
Operações de crédito	219.190	220.589	221.732	1.143	-	-	-	-
Total	219.190	220.589	221.732	1.143	-	-	-	-

j) Instrumentos Financeiros sujeitos a compensação, acordos master de compensação executáveis

Instrumentos Financeiros Derivativos	Montante bruto dos ativos financeiros reconhecidos		Montante relacionado no passivo financeiro	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.664	1.483	61	647

Os Instrumentos Financeiros Derivativos não compensados no Balanço Patrimonial referem-se a operações nas quais existem acordos de compensação, mas que não atendem aos critérios de compensação do IAS 32, pois não tem a intenção de liquidá-los em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

9. EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A CLIENTES, GARANTIAS PRESTADAS E TÍTULOS COM RISCO DE CRÉDITO

a) Composição

	Valor Contábil	
	30/09/2022	31/12/2021
Empréstimos e adiantamentos a clientes - Custo Amortizado		
Empréstimos e recebíveis	4.457.158	4.140.559
(-) Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(232.635)	(175.396)
Total	4.224.523	3.965.163
Títulos com risco de crédito		
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	178.297	131.825
Ativos financeiros ao custo amortizado	371.688	201.486
Total	549.985	333.311
Total - Custo amortizado	4.828.846	4.342.045
Total - valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	178.297	131.825
Garantias prestadas e responsabilidades	376.297	361.388
(-) Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(1.068)	(655)
Limites de crédito a liberar	198.119	197.710
(-) Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>)	(748)	(234)
Total carteira expandida	5.581.559	5.032.968
Prêmio pago na aquisição de operações de crédito (Nota 13)	29.095	-
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾	1.143	-
Total (-) Provisão para perdas por não recuperação (<i>impairment</i>) - Custo Amortizado	(234.451)	(176.285)
Total carteira expandida ajustada ao valor justo, líquida de <i>impairment</i>	5.377.346	4.856.683

(1) Refere-se ao ajuste ao valor justo das operações de crédito que são objeto de hedge de risco de mercado. (Nota 8.i)

b) Tipo de crédito

	30/09/2022	31/12/2021
Capital de giro	2.206.078	2.346.009
Resolução nº 3.844	8.607	11.473
Conta corrente garantida	184.062	233.465
Financiamento em moeda estrangeira	3.737	14.420
Financiamentos a exportação	13.787	14.729
Financiamento em moeda estrangeira	560.657	524.372
Títulos descontados	568.293	526.822
Devedores por compra de valores e bens ⁽¹⁾	371.688	201.486
Adiantamento sobre contratos de câmbio e rendas a receber	415.322	318.374
Avais e Fianças Honradas	76.589	81.994
Valores a Receber	-	68.901
FGI PEAC ⁽²⁾	228.535	-
Empréstimo FGTS ^{(3) (4)}	191.491	-
Total	4.828.846	4.342.045
Créditos abertos para importação	15.067	2.437
Garantias prestadas	361.230	358.951
Garantias prestadas e responsabilidades	376.297	361.388
Instrumentos de dívida privados ⁽⁵⁾	178.297	131.825
Títulos com risco de crédito	178.297	131.825
Limites de Crédito a Liberar	198.119	197.710
Total carteira expandida	5.581.559	5.032.968

(1) Valores a receber pela venda de ativos não circulantes mantidos para venda (Nota 11).

(2) Empréstimos realizados, no âmbito do Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (PEAC), instituído por meio da Lei nº 12.042/20 e Resolução CMN nº 4.971/21, garantidos pelo Fundo Garantidor para Investimentos (FGI).

(3) Contemplam contratos que são objeto de hedge de risco de mercado.

(4) No terceiro trimestre de 2022, o Banco Pine adquiriu carteira de empréstimo do segmento varejo com Instituições Financeiras.

(5) 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, é representado por debêntures (Nota 7.b).

O valor justo dos ativos financeiros é calculado mediante o desconto dos fluxos de caixa nas condições contratuais pelas taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

c) Por ramo de atividade

	30/09/2022	31/12/2021
Administração pública	217.789	245.848
Agropecuário	679.930	553.350
Alimentos e bebidas	330.191	252.102
Comércio	549.455	534.628
Construção e imobiliário	793.305	630.542
Financeiro	25.852	29.686
Papel e celulose	42.096	37.544
Químico e petroquímico	305.033	290.953
Educação, saúde e outros serviços sociais	133.500	144.784
Siderurgia e metalurgia	65.787	69.436
Telecomunicações	131.302	144.714
Transportes	296.474	312.943
Açúcar e álcool	309.784	384.484
Indústria	243.733	149.100
Serviços	275.881	177.611
Empréstimo FGTS	191.491	-
Outros	989.956	1.075.243
Total carteira expandida	5.581.559	5.032.968

d) Por nível de concentração

	30/09/2022		31/12/2021	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maior devedor	93.796	1,68	98.673	1,96
2º ao 10º	667.377	11,96	652.574	12,97
11º ao 20º	511.097	9,16	510.485	10,14
21º ao 50º	956.551	17,14	856.464	17,02
51º ao 100º	763.694	13,68	716.873	14,24
Demais devedores	2.589.044	46,38	2.197.899	43,67
Total carteira expandida	5.581.559	100,00	5.032.968	100,00

e) Recuperação de crédito

No período findo em 30 de setembro de 2022, foram recuperados créditos anteriormente baixados como prejuízo no montante de R\$50.430 (R\$15.554 no período findo em 30 de setembro de 2021).

f) Renegociação de contratos

Em 30 de setembro de 2022 existiam contratos renegociados no valor de R\$509.177 (R\$457.945 em 31 de dezembro de 2021). Para estes contratos foram atribuídos os mesmos ratings das operações anteriormente às renegociações.

g) Cessões de Crédito

No período findo em 30 de setembro de 2022, foram realizadas operações de cessões de crédito sem coobrigação para empresas não ligadas ao Pine no valor de R\$6.000 (R\$58 em 31 de dezembro de 2021). Essas cessões resultaram em prejuízo em relação ao valor de face no valor de R\$708 (R\$216 em 31 de dezembro de 2021), não descontado a provisão no valor de R\$1.907 (R\$82 em 31 de dezembro de 2021). Os resultados nas cessões estão registrados na rubrica "Outras Despesas Operacionais".

10. CARTEIRA DE ATIVOS FINANCEIROS POR ESTÁGIO E PROVISÃO PARA PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

a) Composição dos ativos financeiros ao custo amortizado e VJORA por estágio

As tabelas a seguir representam a composição dos ativos financeiros, segregados pelos estágios de risco de crédito da IFRS 9:

	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3	
	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao custo amortizado	4.131.008	3.898.065	586.410	263.169	297.098	273.823
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	184.371	93.012	1.299	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.946.637	3.805.053	585.111	263.169	297.098	273.823
Ativos fin. ao valor justo por meio de outros res. abrangentes (VJORA)	70.425	736.443	511.287	-	107.872	99.758
Instrumentos de dívida	70.425	736.443	511.287	-	107.872	99.758
Garantias prestadas e responsabilidades	339.595	334.329	2.533	2.347	34.169	24.712
Límites de crédito a liberar	45.505	194.814	152.413	2.696	201	200
Total	4.586.533	5.163.651	1.252.643	268.212	439.340	398.493

As perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica de "Provisão para perdas de crédito esperadas". As tabelas a seguir representam a segregação das perdas esperadas por estágios e produtos, bem como a movimentação da provisão no exercício.

b) Composição do saldo das provisões para perdas de crédito esperadas por classificação de ativo financeiro

Estágios 1-2-3	30/09/2022				31/12/2021			
	1°	2°	3°	Total	1°	2°	3°	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado								
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	14.044	51.880	166.712	232.636	5.852	8.959	158.080	172.891
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	-	-	-	-	2.507	-	-	2.507
Garantias prestadas e responsabilidades	166	-	901	1.067	15	-	639	654
Límites de crédito a liberar	248	500	-	748	176	57	-	233
Total Geral	14.458	52.380	167.613	234.451	8.550	9.016	158.719	176.285

c) Movimentação dos saldos das provisões para perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

Estágios 1-2-3	30/09/2022			
	1°	2°	3°	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2021	8.550	9.016	158.719	176.285
Movimentos				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(2.334)	7.472	-	5.138
Estágio 1 para o Estágio 3	(16)	-	1.550	1.534
Estágio 2 para o Estágio 3	-	-	1	1
Estágio 2 para o Estágio 1	56	(119)	-	(63)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	128	(2.888)	(2.760)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	10.493	36.595	121.115	168.203
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs ⁽¹⁾	2.627	2.828	1.828	7.283
Estorno de provisão de contratos liquidados e desconhecimento de ativos financeiros	(4.918)	(3.540)	(112.712)	(121.170)
Total dos movimentos	5.908	43.364	8.894	58.166
Saldos em 30 de setembro de 2022	14.458	52.380	167.613	234.451

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no período.

Estágios 1-2-3	31/12/2021			
	1°	2°	3°	Total
Saldos em 1° de janeiro de 2020	22.577	21.805	175.555	219.937
Movimentos				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(396)	1.130	-	734
Estágio 1 para o Estágio 3	(56)	-	3.474	3.418
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(133)	2.543	2.410
Estágio 2 para o Estágio 1	-	(407)	-	(407)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	7.116	2.987	76.791	86.894
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs ⁽¹⁾	(7.553)	(14.371)	(1.905)	(23.829)
Estorno de provisão de contratos liquidados e desconhecimento de ativos financeiros	(13.138)	(1.995)	(97.739)	(112.872)
Total dos movimentos	(14.027)	(12.789)	(16.836)	(43.652)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8.550	9.016	158.719	176.285

(1) Refere-se à ativos financeiros que não sofreram migração de estágio no exercício e que sofreram alteração do EAD e/ou PD e/ou LGD no exercício.

11. ATIVOS NÃO CIRCULANTES MANTIDOS PARA VENDA

	30/09/2022	31/12/2021
Bens Não de Uso	811.331	379.873
Loteamento Entre Verdes ⁽¹⁾	-	435.728
Total	811.331	815.601

(1) A partir de janeiro de 2022, o direitos sobre o Valor Geral de Vendas (VGV) do Loteamento Entre Verdes, anteriormente classificado na linha "Loteamento Entre Verdes" foi reclassificado para "Bens Não de Uso".

12. DEVEDORES POR DEPÓSITO EM GARANTIA

Em 30 de setembro de 2022, referem-se a depósitos por interposição fiscal, no montante de R\$60.273 (R\$59.354 em 31 de dezembro de 2021), representados principalmente por depósitos sobre imposto PIS no valor de R\$50.293 (R\$48.360 em 31 de dezembro de 2021).

13. OUTROS ATIVOS

	30/09/2022	31/12/2021
Adiantamentos	20.307	4.422
Comissões sobre avais e fianças	15.927	14.434
Negociação e intermediação de valores com a bolsa	62.207	86.167
Despesas antecipadas	73.746	45.921
Liquidação de câmbio pronto	(1.050)	2.324
Títulos em compensação - Serviço ABBC	7.620	6.302
Outros recebíveis ⁽¹⁾	59.255	6.955
Total	238.012	166.525

(1) Em 30 de setembro de 2022, refere-se ao prêmio pago na aquisição de operações de crédito de outras instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, a ser reconhecido na rubrica de 'operações de crédito' da Demonstração do Resultado, em razão da fluência do prazo das operações.

14. IMOBILIZADO

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear às seguintes taxas anuais: instalações, sistema de processamento de dados, e sistema de transporte, 20%, móveis e equipamentos de uso, sistema de comunicação e sistema de segurança, 10%. Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

	31/12/2021		01/01 a 30/09/2022			30/09/2022
	Saldo contábil	Aquisições	Depreciação	Valor de custo	Depreciação acumulada	Saldo contábil
Imobilizados de Uso	6.555	17	(717)	21.620	(15.765)	5.855
Instalações, Moveis e Equipamentos de Uso	6.555	17	(717)	21.620	(15.765)	5.855
Outros Imobilizados de Uso	16.401	1.122	(3.329)	44.098	(29.902)	14.196
Sistema de Segurança e Comunicação	1.083	1.122	(152)	3.861	(1.808)	2.053
Sistema de Processamento de Dados	99	-	(99)	2.278	(2.278)	-
Imobilizado de arrendamento ⁽¹⁾	15.219	-	(3.078)	37.959	(25.816)	12.143
Total	22.956	1.139	(4.046)	65.718	(45.667)	20.051

(1) O Pine utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes. No contexto dos contratos de aluguel existentes, a taxa incremental referente à locação de edifício correspondem à 12,64%, enquanto a taxa incremental referente ao leasing de máquinas e equipamentos corresponde a 16,12%

15. INTANGÍVEL

O intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 10%.

	30/09/2022		31/12/2021	
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Licença de uso de sistemas - software	3.862	(2.357)	1.505	2.150
Total	3.862	(2.357)	1.505	2.150

16. DEPÓSITOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	30/09/2022	31/12/2021
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado	417.084	532.246
Total	417.084	532.246
Vencimento		
Até 30 dias	209.287	-
De 31 a 60 dias	31.615	-
De 61 a 90 dias	145.250	35.811
De 91 a 180 dias	-	61.055
De 181 a 360 dias	30.932	435.380
Total	417.084	532.246

17. DEPÓSITOS DE CLIENTES

	30/09/2022	31/12/2021
Classificação		
Passivo financeiro ao custo amortizado	7.872.107	7.152.398
Total	7.872.107	7.152.398
Tipo		
Depósitos à vista	129.235	128.698
Depósitos a prazo	7.060.713	6.440.986
Letras de crédito de agronegócio	365.782	262.497
Letras de crédito imobiliário	316.377	320.217
Total	7.872.107	7.152.398
Por vencimento		
Sem vencimento	129.235	128.698
Até 30 dias	95.415	232.452
De 31 a 60 dias	123.864	187.474
De 61 a 90 dias	128.397	142.055
De 91 a 180 dias	524.782	326.647
De 181 a 360 dias	938.293	428.622
Acima de 360 dias	5.932.121	5.706.450
Total	7.872.107	7.152.398

18. CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

	30/09/2022	31/12/2021
Carteira Própria		
LTN - letra do tesouro nacional	282.091	589.685
LFT - letra financeira do tesouro	360.593	854.800
NTN - notas do tesouro nacional	2.817.328	2.990.509
Debêntures	89.216	50.022
Total	3.549.228	4.485.016

19. OBRIGAÇÕES POR TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No País	Taxa de Juros	30/09/2022	31/12/2021
Letras Financeiras	10,04% a.a.	-	6.435
Total		-	6.435

20. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	30/09/2022	31/12/2021
Repasse do país - instituições oficiais	3.734	14.409
Operações de repasses do exterior	19.433	26.248
Operações de empréstimos do exterior	3	5
Total	23.170	40.662

Por vencimento	Moeda de Emissão	Taxa de Juros	Até			Total
			3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	
Repasse do país - instituições oficiais	R\$	1,42% a.a.	1.234	2.060	440	3.734
Operações de repasses do exterior	US\$	5,85% a.a.	-	19.433	-	19.433
Operações de empréstimos do exterior	US\$	1,66% a.a.	3	-	-	3
Total			1.237	21.493	440	23.170

Por vencimento	Moeda de Emissão	Taxa de Juros	Até			Total
			3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	
Repasse do país - instituições oficiais	R\$	5,11% a.a.	1.912	5.571	6.926	14.409
Operações de repasses do exterior	US\$	5,85% a.a.	-	26.248	-	26.248
Operações de empréstimos do exterior	US\$	1,66% a.a.	5	-	-	5
Total			1.917	31.819	6.926	40.662

21. DÍVIDA SUBORDINADA

Por prazo		De 1 a 3	De 3 a 5	De 5 a 15	30/09/2022	31/12/2021
		anos	anos	anos		
Letras Financeiras		50.455	26.921	96.156	173.532	132.506
Total		50.455	26.921	96.156	173.532	132.506

Papel	Valor				Indexador	Remuneração ao ano (%)	30/09/2022
	Principal	Emissão	Vencimento				
Letras Financeiras	26.515	2018	2024	CDI	150% a 156%	28.856	
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.096	
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	17.617	
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	1.885	
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.841	
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.069	
	17.092	2021	2027	IPCA+	9,76%	19.695	
	300	2021	2027	CDI	166%	316	
	9.496	2021	2028	IPCA+	10,15%	10.975	
	45.000	2021	2028	CDI	100% a 189%	48.432	
	35.317	2022	2029	CDI	150%	36.750	
	Total	157.296					173.532

Papel	Valor				Indexador	Remuneração ao ano (%)	31/12/2021
	Principal	Emissão	Vencimento				
Letras Financeiras	27.915	2018	2024	CDI	150% a 155%	28.600	
	2.000	2019	2024	CDI	140%	2.003	
	13.776	2019	2025	CDI	140% a 150%	15.851	
	1.500	2019	2025	IPCA+	9,76%	1.825	
	5.300	2019	2026	CDI	149% a 150%	5.506	
	1.000	2020	2026	CDI	140%	1.014	
	17.092	2021	2027	IPCA+	9,67%	18.237	
	300	2021	2027	CDI	166%	305	
	9.496	2021	2028	IPCA+	10,15%	10.140	
	45.000	2021	2028	CDI	153% a 189%	49.025	
	Total	123.379					132.506

22. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	30/09/2022	31/12/2021
Resultado de exercícios futuros - comissão de fiança	15.789	11.885
Passivo de arrendamento	14.342	16.086
Total	30.131	27.971

23. PROVISÕES

a) Provisões para passivos contingentes, riscos fiscais, compromissos e outras provisões

	30/09/2022	31/12/2021
Contingências trabalhistas	7.609	6.987
Contingências cíveis	5.360	6.724
Contingências fiscais	34	369
Provisão para despesas de pessoal	27.431	16.664
Provisões para garantias financeiras prestadas	-	7.699
Total	40.434	38.443

b) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

(i) Provisão para riscos fiscais

O Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no Art. 3º, §1º, da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação à essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores.

Em relação ao COFINS, a referida decisão resultou no levantamento de valores não convertidos em renda em favor da União, pelo Banco Pine e Pine Investimentos. Não obstante, a PGFN ingressou com medida executiva, em relação à qual o Pine apresentou defesa e aguarda decisão definitiva. Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não haviam depósitos judiciais referentes à COFINS.

Em relação ao PIS, o processo encontra-se sobrestado pelo fato de estar afetado pela repercussão geral reconhecida pela STF (Tema 372). Em 30 de setembro de 2022, os depósitos relativos ao PIS, representavam R\$50.293 (R\$48.360 em 31 de dezembro de 2021).

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2022, os créditos fiscais a compensar, decorrentes de pagamentos efetuados a maior no curso dessas ações, representavam os montantes de COFINS de R\$4.071 (R\$9.191 em 30 de setembro de 2022).

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não foram lavrados autos de infração em face do Pine e da Pine Investimentos.

(ii) Contingências classificadas como prováveis são provisionadas

	30/09/2022		31/12/2021	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Contingências Fiscais	34	54.326	369	52.746
Contingências Trabalhistas	7.609	5.139	6.987	5.724
Contingências Cíveis	5.360	808	6.724	884
Total	13.003	60.273	14.080	59.354

(iii) Movimentação das provisões passivas

	30/09/2022				31/12/2021			
	Fiscais/Obrigações		Total		Fiscais/Obrigações		Total	
	Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total	Legal	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo inicial	369	6.987	6.724	14.080	369	6.588	6.629	13.586
Constituição (reversão)	(335)	(23)	(1.411)	(1.769)	-	(310)	3.266	2.956
Atualização	-	645	47	692	-	709	(3.171)	(2.462)
Saldo final	34	7.609	5.360	13.003	369	6.987	6.724	14.080

(iv) Principais ações e processos cujas perdas foram consideradas como possíveis:

Trabalhistas: Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Pine não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

Cíveis: Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o Pine não possuía processos cíveis classificados como possíveis.

Fiscais: Em 30 de setembro de 2022 o Pine não possuía processos fiscais classificados como possíveis (R\$184 em 31 de dezembro de 2021).

24. OBRIGAÇÕES FISCAIS - OUTRAS

	30/09/2022	31/12/2021
Imposto de renda a pagar	4.824	7.264
Contribuição social a pagar	2.599	6.447
Total	7.423	13.711

25. OUTROS PASSIVOS

	30/09/2022	31/12/2021
Impostos e contribuições a pagar	15.482	8.402
Honorários advocatícios	218	247
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	2.590	3.867
Negociação e intermediação de valores	3.015	14.091
Relações com correspondentes	322	311
Recebimentos à identificar	157	331
Cambio	(23.433)	(11.927)
Outros passivos	10.142	5.225
Total	8.493	20.547

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Conforme Estatuto Social, em 30 de setembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado totaliza R\$851.665 (R\$1.202.393 em 31 de dezembro de 2021) e está dividido em 186.441.207 ações nominativas, sendo 97.895.475 ordinárias e 88.545.732 preferenciais (148.157.764 em 31 de dezembro de 2021) sem valor nominal. O Pine fica autorizado a aumentar o seu capital social, independente de reforma estatutária, em até mais 100.000.000 de ações ordinárias ou preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Durante o Período de Direito de Preferência, encerrado dia 23 de março de 2022, foi subscrito um montante de R\$49.638, contabilizados em março de 2022 como "Aumento de Capital". Durante o Período de Subscrição de Sobras, encerrado dia 18 de abril de 2022, foram subscritas 7.259.751 novas ações preferenciais, nominativas, escriturais, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,60 por ação, totalizando um valor de R\$11.616. Após o encerramento do período de subscrição foram emitidas 38.283.443 novas ações, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$61.254.

O aumento de capital, homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 27 de abril de 2022, foi aprovado junto ao Bacen por meio de ofício datado em 23 de maio de 2022.

Em 28 de setembro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a redução do capital social, no montante de R\$411.982, mediante a absorção de prejuízos acumulados de exercícios anteriores, verificados nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do 1º semestre de 2022, sem cancelamento de ações, mantendo-se inalterado o percentual de participação dos acionistas no Capital Social da Companhia. A Redução de Capital está pendente de homologação do Bacen.

b) Reservas de Lucros

A conta de reserva de lucros do Pine é composta por reserva legal e reserva estatutária. O saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social do Pine, e qualquer excedente deve ser capitalizado ou distribuído como dividendo. O Pine não possui outras reservas de lucros.

Reserva legal - Nos termos da Lei nº 11.638/07 e do estatuto social, o Pine deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Pine. Ademais, o Pine poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária - Nos termos da Lei nº 11.638/07, o Estatuto Social pode criar reservas, desde que determine a sua finalidade, o percentual dos lucros líquidos a ser destinado para essas reservas e o valor máximo a ser mantido em cada reserva estatutária. A destinação de recursos para tais reservas não pode ser aprovada em prejuízo do dividendo obrigatório. O saldo do lucro líquido do exercício será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral que poderá mantê-la, até o limite de 95% do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco.

c) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

No período findo em 30 de setembro de 2022, não houve deliberação de dividendos e juros sobre o capital próprio.

27. AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os saldos da rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial" incluem os valores, líquido do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio apresentadas na demonstração das mutações do patrimônio líquido e receitas e despesas reconhecidas até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente na demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das controladas são apresentados linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

A demonstração de resultado abrangente inclui as mudanças na rubrica "ajustes de avaliação patrimonial".

	30/09/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	(6.200)	(4.845)
Instrumentos de dívida	(11.147)	(8.800)
Efeito fiscal	4.947	3.955
Hedges fluxo de caixa	(141)	463
Instrumento de hedge	(257)	841
Efeito fiscal - hedge	116	(378)
Outros ajustes	(70)	(140)
Outros	(127)	(255)
Efeito fiscal - outros	57	115
Total	(6.411)	(4.522)

Quando os títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) são vendidos ou sofrem perda impairment, os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são demonstrados no resultado.

No período findo em 30 de setembro de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Pine não vendeu títulos classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).

28. RECEITAS COM JUROS E SIMILARES

Receitas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no período sobre todos os ativos financeiros, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	3T22	30/09/2022	3T21	30/09/2021
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	4.080	7.504	1.187	1.293
Instrumentos de dívida	102.390	414.790	116.327	308.427
Empréstimos e adiantamentos a clientes	299.186	689.777	165.082	405.693
Total	405.656	1.112.071	282.596	715.413

29. DESPESAS COM JUROS E SIMILARES

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no exercício e sobre todos os passivos financeiros, calculada aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo.

	3T22	30/09/2022	3T21	30/09/2021
Depósitos de instituições financeiras	942	1.924	447	1.027
Depósitos de clientes	176.101	608.426	178.514	488.248
Captações no mercado aberto	119.704	327.202	43.161	76.576
Obrigações por empréstimos e repasses	791	2.388	1.090	3.479
Obrigações por títulos e valores mobiliários	10	45	21	63
Dívidas subordinadas	6.615	17.129	4.070	9.448
Outros juros	109.055	130.904	29.876	63.375
Total	413.218	1.088.018	257.179	642.216

30. RECEITAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica 'Receitas de tarifas e comissões' é composta pelos valores de todas as tarifas e comissões acumuladas em favor do Pine e empresas controladas no período, exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	3T22	30/09/2022	3T21	30/09/2021
Comissão de Fiança	1.836	5.351	3.219	9.537
Comissão de estruturação	3.121	3.251	92	312
Tarifas Interbancárias	9.908	20.871	5.770	16.430
Outras ⁽¹⁾	3.058	4.165	23.406	27.495
Total	17.923	33.638	32.487	53.774

(1) Em 30 de setembro de 2021, refere-se ao resultado reconhecido sobre o contrato de prestação de serviço de direito de exclusividade.

31. DESPESAS DE TARIFAS E COMISSÕES

A rubrica 'Despesas de tarifas e comissões' mostra o valor de todas as tarifas e comissões pagas ou a pagar no período exceto aquelas que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

	3T22	30/09/2022	3T21	30/09/2021
Comissões	74	702	155	573
Serviços bancários	533	948	658	1.479
Teleprocessamento	684	2.215	584	1.970
Outros	652	1.813	621	1.885
Total	1.943	5.678	2.018	5.907

32. GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (LÍQUIDOS) AVALIADOS AO VALOR JUSTO

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Títulos e valores mobiliários

	3T22	30/09/2022	3T21	30/09/2021
Instrumentos de dívida	768	8.794	1.379	3.735
Instrumentos de capital	12.381	14.738	1.835	2.881
Total	13.149	23.532	3.214	6.616

b) Derivativos

	3T22	30/09/2022	3T21	30/09/2021
Futuro	(22.972)	446.218	(115.346)	(123.633)
Opções	(1.730)	15.459	39.275	63.759
Swap	(14.506)	(11.754)	30.892	66.562
Termo	71.393	(306.448)	10.903	20.836
Total	32.185	143.475	(34.276)	27.524

33. VARIAÇÕES CAMBIAIS

As variações cambiais mostram, basicamente, os ganhos e perdas nas negociações de moeda, as variações que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgadas para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação. Não são considerados os efeitos de variação cambial para hedge. No período findo em 30 de setembro de 2022 o valor de despesa com variação cambial é de R\$22.482 (receita de R\$2.875 no período findo em 30 de setembro de 2021).

34. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	3T22	30/09/2022	3T21	30/09/2021
Recuperação de despesas	155	208	(4)	2
Rendas de aluguéis	888	1.436	969	3.774
Despesas com Cessão	-	(708)	(84)	(84)
Outras receitas (despesas)	1.749	4.435	1.556	4.616
Outras provisões	136	417	(514)	1.488
Total	2.928	5.788	1.923	9.796

35. DESPESAS COM PESSOAL

	3T22	30/09/2022	3T21	30/09/2021
Proventos	13.326	41.342	13.663	37.396
Benefícios e treinamento	3.508	10.652	3.170	9.300
Encargos sociais	6.660	20.136	4.920	14.566
Participações nos resultados	20.458	24.567	4.710	9.055
Total	43.952	96.697	26.463	70.317

36. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	3T22	30/09/2022	3T21	30/09/2021
Despesas de água, energia e gás	62	184	78	1.837
Despesas com aluguéis	1.629	3.505	3.548	10.550
Despesas de arrendamento de bens	151	558	293	887
Despesas de comunicações	2.306	4.850	1.516	4.574
Despesas de manutenção e conservação de bens	238	832	245	675
Despesas de processamento de dados	4.058	13.245	3.779	10.878
Despesas de relações públicas	491	939	430	993
Despesas de seguros	1.468	4.238	1.348	3.728
Despesas com serviços do sistema financeiro	827	2.214	606	2.063
Despesas com serviços de terceiros	555	1.310	454	1.369
Despesas com serviços de vigilância e segurança	629	1.890	541	1.963
Despesas com serviços técnicos especializados	3.383	7.626	4.993	10.122
Despesas de transporte	146	423	111	243
Sentenças judiciais, cíveis e trabalhistas	1.335	3.604	2.010	6.490
Despesas de viagens	138	359	120	155
Outras despesas administrativas	2.716	6.911	1.528	4.174
Total	20.132	52.688	21.600	60.701

37. PROVISÕES LÍQUIDAS

	3T22	30/09/2022	3T21	30/09/2021
Atualização monetária	741	1.391	(56)	(450)
(Provisão) Reversão de processos cíveis, trabalhistas e fiscais	2.266	907	2.563	(2.341)
Provisão para Bens Não de Uso - Imóveis	1.159	1.374	(901)	(2.963)
Reversão de provisão - Fianças	437	8.161	100	279
Total	4.603	11.833	1.706	(5.475)

38. RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE BENS

No período findo em 30 de setembro de 2022 a receita no montante de R\$44.581 (receita no montante de R\$23.544 no período findo em 30 de setembro de 2021) corresponde principalmente a venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

39. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação das despesas de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido:

	3T22	30/09/2022	3T21	30/09/2021
Prejuízo antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	29.251	59.464	33.117	12.651
Prejuízo antes da tributação	29.251	59.464	33.117	12.651
Alíquota vigente	46%	46%	50%	50%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(13.757)	(27.353)	(15.536)	(6.326)
Diferenças permanentes	(512)	(3.016)	(1.852)	(2.492)
Majoração da alíquota da CSLL ⁽¹⁾	346	346	346	346
Outros ajustes	(858)	(3.362)	(2.198)	(2.838)
Imposto de renda e contribuição social	(14.269)	(30.369)	(17.388)	(8.818)

(1) No período findo em 30 de setembro de 2022, a alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 21% com vigência a partir de 1º de agosto de 2022 até 31 de dezembro de 2022, nos termos da Lei 14.446/22, que altera o Art. 3º, inciso II-A Lei nº 7.689/88. No período findo em 30 de setembro de 2021, a alíquota da CSLL, para Bancos de qualquer espécie, foi elevada de 20% para 25% com vigência a partir de 1º de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, nos termos do Art. 3º, inciso II-A da Lei nº 7.689/88.

b) Impostos diferidos reconhecidos no resultado

	30/09/2022	31/12/2021
<i>Impairment</i>	177.282	172.010
Ajustes a valor de mercado dos instrumentos financeiros	(89.269)	(64.851)
Outras provisões	9.266	11.771
Outros ajustes	(2.219)	(7.638)
Prejuízo fiscal / base negativa	555.694	572.689
Crédito Presumido - Res. nº 4.838/20	118.630	96.463
Total	769.384	780.444

c) Impostos reconhecidos no patrimônio

	30/09/2022	31/12/2021
Avaliação de títulos (renda fixa)	4.947	3.955
Avaliação de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	116	(378)
Outros ajustes	57	115
Total	5.120	3.692

d) Movimentação de impostos diferidos

	30/09/2022	31/12/2021
Saldo inicial	784.136	775.796
Débito (crédito) ao resultado	(11.060)	(7.052)
Débito (crédito) no patrimônio líquido	1.428	15.392
Saldo final	774.504	784.136

e) Prazo de realização

	30/09/2022	31/12/2021
Até 1 ano	206.017	219.503
De 1 a 2 anos	63.162	38.824
De 2 a 3 anos	64.595	15.984
De 3 a 4 anos	76.384	9.983
De 4 a 5 anos	52.378	91.138
De 5 a 8 anos	172.146	322.467
De 8 a 10 anos	139.822	86.237
Total	774.504	784.136

40. LIMITES OPERACIONAIS

a) Índice da Basileia

O índice de Basileia em 30 de setembro de 2022, foi de 11,80% (11,11% em 31 de dezembro de 2021), calculado a partir do 'Conglomerado Prudencial'. De acordo com a Resolução CMN nº 4.958/21, o requerimento mínimo de capital é de 10,50%, considerando fator F (8%) e 2,5% da parcela ACPConservação.

b) Gerenciamento de Riscos - Pilar 3

O Pine, de acordo com a Circular Bacen nº 3.930/93, divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e Patrimônio de Referência Exigido (PRE). O relatório com maior detalhamento, estrutura e metodologias encontra-se disponível no endereço eletrônico ri.pine.com.

c) Índice de Imobilização

O Índice de Imobilização em 30 de setembro de 2022, foi de 17,68% (19,12% em 31 de dezembro de 2021). De acordo com a Resolução CMN nº 4.957/21, o limite de imobilização permitido é de 50,0%.

41. GARANTIAS PRESTADAS

O Pine oferece uma série de garantias para que os seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro abaixo apresenta todas as garantias em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021:

	30/09/2022		31/12/2021	
	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão	Saldo de Garantias Prestadas	Provisão
Vinculadas a Licitações, Leilões, Prestação de Serviços ou Execução de Obras	3.410	-	3.410	1
Aval ou Fiança em Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal	307.607	-	307.859	274
Outras Fianças Bancárias	50.213	1.068	47.682	7.424
Total	361.230	1.068	358.951	7.699

São fornecidos aos clientes do Pine garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Pine tenha de pagar devido a essas garantias. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

42. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da Administração

Desde o exercício de 2012, o Pine aprovou novo Plano de Remuneração para tratamento das normas e diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável aplicável aos membros do Conselho de Administração e diretores estatutários e, a critério de comitê específico, outros executivos com cargos e funções relevantes, observando as disposições da Resolução CMN nº 3.921/10.

O Plano de Remuneração tem como principais objetivos: (i) alinhar as práticas de remuneração dos administradores do Pine à política de gestão de riscos; (ii) evitar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes nas estratégias de curto, médio e longo prazos adotadas pela instituição; (iii) criar um instrumento de retenção e atração de talentos nas posições chave do Pine; e (iv) Adaptar a política de remuneração à norma da Resolução CMN nº 3.921/10.

A remuneração definida no Plano leva em conta: (i) os riscos correntes e potenciais do Pine; (ii) o resultado geral do Pine, em particular o lucro recorrente realizado (lucro líquido contábil do período ajustado pelos resultados não realizados e livre dos efeitos de eventos não recorrentes controláveis); (iii) a capacidade de geração de fluxo de caixa; (iv) o ambiente econômico em que o Pine está inserido e suas tendências; (v) as bases financeiras sustentáveis de longo prazo e ajustes nos pagamentos futuros em função dos riscos assumidos, das oscilações do custo do capital e das projeções de liquidez; (vi) o desempenho individual dos Administradores com base no conjunto de indicadores institucionais e de sua unidade de negócio (vii) a performance qualitativa e quantitativa dos Administradores, baseada nos valores do Banco.

A Remuneração Variável será calculada:

- a) até 50% do valor determinado para a remuneração variável é paga em espécie; e
- b) o correspondente aos 50% restantes da remuneração variável será pago em instrumentos baseados em ações, que são diferidos em 3 anos.

A entrega dos instrumentos baseados em ações referentes à remuneração variável diferida atribuídas aos Administradores apenas ocorrerá se não for verificado, no período de diferimento aplicável (i) uma redução significativa do lucro recorrente realizado, ou (ii) resultado negativo da Instituição ou da unidade de negócios, ou (iii) apuração de erros em procedimentos contábeis e/ou administrativos que afetem os resultados apurados no período aquisitivo do direito à remuneração variável.

O Pine conta, ainda, com um Comitê de Remuneração, que é responsável por (i) propor ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável; (ii) supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da instituição; (iii) revisar anualmente a política de remuneração de administradores da instituição, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento; (iv) propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei das Sociedades por Ações; (v) avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (vi) analisar a política de remuneração de administradores da Instituição em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (vii) zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição; e (viii) elaborar anualmente, no prazo de noventa dias a contar de 31 de dezembro de cada ano, documento denominado Relatório do Comitê de Remuneração, na forma prevista na Resolução CMN nº 3.921/10.

No período findo em 30 de setembro de 2022 foi apurado referente a remuneração variável no montante de R\$5.223 (R\$2.226 em 30 de setembro de 2021), e a despesa de R\$1.960 (R\$3.198 em 30 de setembro de 2021) de acordo com os critérios definidos no plano.

Em função da reorganização do Plano de Negócios e do modelo de gestão do Banco, visando a otimização dos custos, aumento de eficiência e melhor integração, tivemos ao longo dos trimestres de 2022 despesas relacionadas com saídas e contratações de Executivos e outorga de um novo plano de retenção.

Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria	3T22	30/09/2022	3T21	30/09/2021
Remuneração fixa	2.591	7.543	2.248	7.133
Remuneração variável	3.682	5.223	528	2.226
Benefícios de curto prazo	1.858	6.627	876	3.397
Total	8.131	19.393	3.652	12.756

Os benefícios de curto prazo a administradores estão representados basicamente por salários e contribuições para a seguridade social, licença remunerada e auxílio-doença pago, participação nos lucros e bônus (se pagáveis no período de doze meses após o encerramento do exercício) e benefícios não-monetários (tais como assistência médica, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

Remuneração baseada ações

	Data da outorga	Preço de exercício em R\$	Quantidade				30/09/2022	
			Outorgada	Exercida	Extinta	Não exercida	% Exercível	Exercida em
PLANO VIII	24/02/2017	4,09	108	108	-	-	33,33%	25/08/2019
							66,66%	25/08/2020
							100,00%	25/08/2021
PLANO IX	02/03/2018	3,34	569	354	-	215	33,33%	25/08/2019
							66,66%	25/08/2020
							100,00%	25/08/2021
PLANO X	01/09/2018	2,20	44	44	-	-	33,33%	25/08/2019
							66,66%	25/08/2020
							100,00%	25/08/2021
PLANO XI	06/09/2018	2,20	800	800	-	-	33,33%	25/08/2019
							66,66%	25/08/2020
							100,00%	25/08/2021
Total			1.521	1.306	-	215		

Em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, não houve constituição de novos planos de remuneração baseada em ações.

Rescisão do contrato

A extinção da relação de trabalho com os Administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira e seus benefícios adquiridos, se condicionados, poderão ser descontinuados.

b) Partes Relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas, basicamente com as empresas discriminadas na nota 3.a, são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas e condições de mercado e estão representadas por:

	Taxa de Juros % CDI	Prazos até	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
			30/09/2022	31/12/2021	30/09/2022	30/09/2021
Administradores ⁽¹⁾			2.078	8.390	(152)	(195)
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	-	324	-	-
Depósitos à prazo	127% CDI a 100% IPCA	29/06/2028	229	941	(9)	(64)
Capital no Mercado Aberto	-	-	-	3.501	-	-
Recursos de letras de crédito do agronegócio	97% a 116% CDI	29/05/2023	41	240	(1)	(12)
Recursos de letras de crédito imobiliário	100% CDI	29/01/2024	255	519	(22)	(2)
Recursos de letras financeiras	150% CDI e 100% IPCA	13/04/2029	1.553	2.865	(120)	(117)
Familiares imediatos ⁽¹⁾			16.341	13.028	(1.037)	(645)
Operações de crédito	CDI + 7,00% a.a	09/07/2024	5.104	2.119	(397)	29
Depósitos à vista	-	Sem vencimento	509	3	-	-
Depósitos à prazo	127% CDI e 100% IPCA	18/02/2028	1.300	1.424	(12)	(130)
Capital no Mercado Aberto	-	-	-	500	-	(7)
Recursos de letras de crédito do agronegócio	95% a 118%	05/06/2023	329	204	(1)	(11)
Recursos de letras de crédito imobiliário	100% a 118%	05/02/2024	125	420	(11)	(526)
Recursos de letras financeiras	150% CDI e 100% IPCA	14/06/2028	8.974	8.358	(616)	-
Empresas ligadas			78.240	109.158	(4.026)	(492)
Valores a Receber						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.			-	-	(4)	1
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.			-	-	(1)	3
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)			-	-	-	1
Pine Corretora de Seguros Ltda.			5	2	(24)	6
Pine Ativos Imobiliários LTDA			2	-	(14)	-
Depósitos à vista						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.		Sem vencimento	-	88	-	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.		Sem vencimento	2.511	-	-	-
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.)		Sem vencimento	23.425	64.137	-	-
Pine Corretora de Seguros Ltda.		Sem vencimento	44	92	-	-
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.		Sem vencimento	1	53	-	-
Pine Ativos Imobiliários LTDA		Sem vencimento	1.554	2.314	-	-
Depósitos à prazo						
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	99% CDI	19/12/2024	2.280	-	(190)	-
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	99% CDI	15/12/2023	624	1.027	(72)	(12)
Pine Planejamento e Serviços Ltda.	99% CDI	29/11/2023	191	179	(16)	(2)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	99% CDI	09/09/2026	9.500	6.734	(640)	(81)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.	99% CDI	05/05/2025	846	192	(47)	(4)
Pine Ativos Imobiliários Ltda.	99% CDI	01/04/2024	37.257	34.340	(3.018)	(404)

(1) Os valores referente aos administradores e familiares imediatos não são consolidados.

c) Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta em ações ordinárias e preferenciais, em 30 de setembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, dos acionistas com mais de 5% do total de ações, dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva.

Acionistas	30/09/2022		30/09/2022		Total de Ações	% - Total de Ações
	Ações Ordinárias	% - Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% - Ações Preferenciais		
Pessoa Física	97.895.475	100,00	20.375.546	23,01	118.271.021	63,44
Pessoa Jurídica	-	-	14.119.779	15,95	14.119.779	7,57
Conselho de Administração	-	-	201.205	0,23	201.205	0,11
Conselho Fiscal	-	-	2.025.976	2,29	2.025.976	1,09
Administradores	-	-	5.883.484	6,64	5.883.484	3,16
Total	97.895.475	100,00	42.605.990	48,12	140.501.465	75,37

Acionistas	31/12/2021		31/12/2021		Total de Ações	% - Total de Ações
	Ações Ordinárias	% - Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	% - Ações Preferenciais		
Pessoa Física	75.577.842	100,00	15.160.402	20,89	90.738.244	61,24
Conselho de Administração	-	-	1.281.394	1,77	1.281.394	0,86
Administradores	-	-	463.762	0,64	463.762	0,31
Total	75.577.842	100,00	16.905.558	23,30	92.483.400	62,41

43. OUTRAS DIVULGAÇÕES

a) Seguros

O Pine adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros em 30 de setembro de 2022 é composta, conforme abaixo:

Itens	Tipo de Cobertura	Importância Segurada
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	68.000
Prédios, maquinismos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	17.324
Seguro global de banco	Valores em espécie	150
Seguro de vida	Seguro de vida - funcionários	500

b) Covenants

O Pine possui empréstimos de longo prazo, incluindo organismos multilaterais, classificados na rubrica 'Obrigações por empréstimos e repasses' que possuem cláusulas contratuais de cumprimento de obrigações (covenants) que exigem determinadas condições de performance, tais como índice de rentabilidade e de eficiência. Estamos em avançada negociação para obtenção da dispensa do cumprimento de tais cláusulas. Em 30 de setembro de 2022 o montante é de R\$19.215 com vencimento de curto prazo (R\$27.183 em 31 de dezembro de 2021).

44. GERENCIAMENTOS DE RISCOS

a) Introdução

O Banco Pine apresenta como diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, através da abordagem de gerenciamento integrado de riscos e capital, sendo sua supervisão realizada por comitês colegiados que apoiam as decisões da Administração.

As práticas de gerenciamento integrado e controle de risco, refletindo as melhores práticas de mercado, buscam identificar e definir limites de monitoramento das perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do conglomerado sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, de forma sustentável e em observância ao apetite de riscos definido, sempre mantendo transparência na governança corporativa.

A estrutura de gerenciamento integrado de riscos é definida pelo Conselho de Administração, que estabelece as funções subsidiárias ao Comitê de Gestão de Riscos e Capital, ao CRO e à Diretoria, no que tange as atribuições de aprovação de modelos de cálculo, dos fatores de risco, das métricas e indicadores para controle e monitoramento de limites e alertas.

O gerenciamento integrado de Riscos do Banco Pine abrange os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente.

b) Gerenciamento Integrado de Riscos

O processo de gerenciamento integrado de riscos no Pine compreende o conjunto de atividades integradas de gestão e no controle, desde a definição de estratégias, diretrizes, cálculo, divulgação periódica de informações de gestão, controle e monitoramento (Teste de Uso).

A estrutura de governança do gerenciamento integrado de riscos, compreende:

Gerenciamento do risco de crédito

- Conselho de Administração, para definição do apetite de risco e aprovação das políticas de risco;
- Comitê de Gestão de Riscos e Capital, para supervisão e coordenação gerais;
- Comitê de Portfolio, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (crédito e sócio ambiental);
- Comitê ALCO (Asset and Liability Committee) e Comitê de Riscos e Tesouraria, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (liquidez);
- Comitê de Risco Operacional, Controles Internos, GCN e SI, para acompanhamento e monitoramento periódicos dos assuntos sob sua alçada (operacional, continuidade de negócio, segurança cibernética);
- CRO (Chief Risk Officer), para acompanhamento e implementação das definições e diretrizes estabelecidas;
- Área Tesouraria, para acompanhamento do mercado e negociação de operações de zeragem no mercado;
- Demais Áreas de Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, para negociação de operações com clientes e para registro, processamento e contabilização;
- Área de Controladoria, para acompanhamento gerencial de operações e programação orçamentária;
- Área de Controle de Riscos, para cálculo de riscos e controle de limites;

Os processos e as políticas de gerenciamento e controle de riscos são submetidos a revisões periódicas, com objetivo de garantir alinhamento às melhores práticas de mercado, bem como o atendimento à regulamentação em vigor.

As atividades de controle de riscos são realizadas de forma centralizada por área independente em relação às áreas de Tesouraria, Controladoria, Negócio, Operacionais e de Tecnologia de Informação, garantindo isenção no reporte e implementação das ações corretivas identificadas.

RAS

A avaliação e definição do apetite de riscos são realizadas de forma estruturada e coordenada através da Declaração de Apetite a Riscos (RAS, Risk Appetite Statement), instrumento de gestão que integra os diversos tipos de risco e implementa seu monitoramento periódico, frente aos níveis estabelecidos, em atendimento aos objetivos da Administração e em conformidade com a programação orçamentária de negócio e aos requerimentos regulatórios. A RAS estabelece os indicadores através de limites e alertas, com acompanhamento periódico, sejam estratégicos ou superiores, sejam táticos ou operacionais.

c) Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Banco Pine possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco.

d) Categorias de Riscos

Risco de Crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Liquidez

O Risco de Liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco de Mercado

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo variação das taxas de juros, de câmbio, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (*commodities*).

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental

O Risco Socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais, próprios ou de clientes e parceiros, pela instituição.

Risco de Conformidade

O Risco de Conformidade (ou regulatório) é definido como a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e Códigos de auto regulação aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Risco Reputacional é definido pela possibilidade de perdas financeiras decorrentes da impossibilidade da instituição em manter e ou estabelecer novas relações no mercado e em sua base de clientes.

e) Gerenciamento de Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição, concentração, suficiência de garantias e adimplência de valores a receber de clientes e contrapartes;
- Avaliação e monitoramento da necessidade de provisionamento para perdas, alocação adicional de garantias, e/ou reestruturação de crédito, considerando os indicadores de inadimplência, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de crédito, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métrica de Controle e Gestão

As análises do risco de crédito são realizadas com base nas seguintes métricas:

Rating e Limite de Crédito

A classificação de risco de inadimplência (rating) e a concessão de limite de crédito, realizados de forma estruturada e coordenada e formalizado através da PLC (Proposta de Limite de Crédito), têm por objetivo avaliar e atribuir a exposição máxima esperada com clientes e contrapartes, produtos, volumes, prazos e de garantia exigidas.

Monitoramento de Concentração

O monitoramento de concentração tem por objetivo definir e monitorar a exposição máxima esperada por rating, classificação de risco, cliente, contraparte, segmento econômico, região geográfica e prazo.

Monitoramento de Indicadores de Inadimplência

O monitoramento de inadimplência tem por objetivo acompanhar e definir os níveis aceitáveis de provisionamento de perda frente aos prazos de atraso no recebimento de valores a receber de clientes e contrapartes. Destes indicadores destaca-se o índice 'Over 90', que demonstra, ao longo do tempo o comportamento da carteira, permitindo a identificação e implementações de ações corretivas.

f) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais uma provisão para perda esperada é reconhecida. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições descritas abaixo são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Ativos Financeiros	Estágios			30/09/2022
	1°	2°	3°	Total
	Ativos financeiros ao custo amortizado	4.131.008	586.410	297.098
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	184.371	1.299	-	185.670
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	3.946.637	585.111	297.098	4.828.846
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	70.425	511.287	107.872	689.584
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	70.425	511.287	107.872	689.584
Garantias prestadas e responsabilidades	339.595	2.533	34.169	376.297
Limites de crédito a liberar	45.505	152.413	201	198.119
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável	4.586.533	1.252.643	439.340	6.278.516
(-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	(14.457)	(52.380)	(167.614)	(234.451)
Exposição Líquida	4.572.076	1.200.263	271.726	6.044.065

Ativos Financeiros	Estágios			31/12/2021
	1°	2°	3°	Total
	Ativos financeiros ao custo amortizado	3.898.065	263.169	273.823
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	93.012	-	-	93.012
Empréstimos e adiantamentos a clientes e recebíveis	3.805.053	263.169	273.823	4.342.045
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	736.443	-	99.758	836.201
Títulos e valores mobiliários públicos e privados	736.443	-	99.758	836.201
Garantias prestadas e responsabilidades	334.329	2.347	24.712	361.388
Limites de crédito a liberar	194.814	2.696	200	197.710
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável	5.163.651	268.212	398.493	5.830.356
(-) Provisão para perdas esperadas - Custo Amortizado	(8.550)	(9.016)	(158.719)	(176.285)
Exposição Líquida	5.155.101	259.196	239.774	5.654.071

g) Exposição máxima ao risco de crédito — Instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros não sujeita a provisão ao valor recuperável:

	30/09/2022	31/12/2021
Ativos financeiros ao valor justo (VJR)	89.667	273.985
Instrumentos de dívida	89.308	273.584
Instrumentos de capital	359	401
Instrumentos financeiros derivativos	1.553.349	1.659.529
Exposição Máxima dos instrumentos financeiros não sujeitos à redução ao valor recuperável	1.643.016	1.933.514

h) Qualidade de crédito

O quadro abaixo apresenta a exposição total dos ativos financeiros classificados por nível de risco em:

Classificação Interna	Total em %	
	30/09/2022	31/12/2021
Raro	41%	42%
Baixo	16%	14%
Médio	8%	7%
Significativo	15%	17%
Alto	13%	14%
Muito Alto	7%	6%

O Pine estimou os fluxos de caixa esperados, levando em consideração todos os termos contratuais do ativo financeiro, incluindo as perdas de crédito esperadas.

i) Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo Pine para fins de elaboração destas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do Pine (nota 3).

(i) Definição de inadimplência e cura

O Pine considera como um instrumento financeiro inadimplente e, consequentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE, todos os casos que se encontram vencidos há mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais. Para operações interbancárias (operações interfinanceiras de liquidez), o Pine as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Como parte de avaliação qualitativa o Pine considera a classificação interna de risco de crédito.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de "cura") quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de quatro meses. Este período foi determinado com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após "cura".

(ii) Classificações internas de risco e o processo de estimativa da probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O Pine possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (ratings) a seus clientes, associados empiricamente a probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

(iii) Mensuração do risco de crédito

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto e faixa de utilização do limite atual, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do Pine.

Para calcular a EAD o Pine faz a seguinte consideração em relação às classificações em estágios:

- Para uma operação que esteja no Estágio 1, o Pine avalia a possibilidade de eventos de inadimplência nos próximos 12 meses para o cálculo da PE.
- Para uma operação que esteja nos Estágios 2 e 3, o Pine avalia a possibilidade de eventos de inadimplência ao longo da vida para o cálculo da PE.

Perda em caso de inadimplência (LGD)

O Pine monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o Pine avalia se houve um aumento significativo no risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

Aumento significativo de risco de crédito

O Pine considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%; e
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros.

O Pine considera que há aumento significativo do estágio 2 para o estágio 3 quando o ativo financeiro possui atraso superior a 90 dias.

Agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas

Conforme mencionado na nota 3.1, o Pine calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de Empréstimos e adiantamentos a clientes.

O Pine agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de produto (crédito pessoal, crédito pessoal consignado, operação de cartão de crédito, operações de cartão de crédito consignado e cheque especial); e
- Safra de concessão da operação de crédito ao tomador.

j) Premissas de variáveis econômicas

Nos modelos de PE, o Pine utiliza informações macroeconômicas, incluindo o IGPM e a Produção Industrial com informação prospectiva para 12 meses, conforme demonstrado no quadro abaixo.

		Set/22	Dez/22	Mar/23	Jun/23	Set/23
IGPM	Base	10,11%	10,63%	5,28%	3,20%	4,10%
Produção Industrial (%)	Base	2,97%	1,67%	0,88%	-1,22%	-2,18%

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste na perda esperada foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

k) Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

As garantias são consideradas como segunda fonte de pagamento, dada eventual inadimplência do devedor.

As garantias formalizadas em operações de crédito são aprovadas em comitê, formalizadas e/ou constituídas por área distinta da área responsável por contratação e controladas em sistema específico.

l) Risco de liquidez

Definição

O Risco de Liquidez é a possibilidade do Pine não satisfazer suas necessidades de caixa para o cumprimento de suas obrigações correntes e futuras ou de novas exigências de recursos sem afetar a continuidade de suas operações.

Gestão de risco de liquidez

A gestão de liquidez tem como objetivo identificar, informar e precaver o Pine de possíveis movimentos de mercado que gerem problemas de liquidez. Nesse sentido, o Pine monitora a exposição ao risco de liquidez de suas carteiras no que tange aos prazos, volumes e liquidez de seus ativos.

O gerenciamento do risco de liquidez abrange os processos de controle, monitoramento e planejamento efetuados através de relatórios enviados aos integrantes do ALCO - *Asset and liability committee* e alta Administração, bem como aprovação de políticas, estratégias, diretrizes, cenários e limites no referido comitê e aprovados pelo Conselho de Administração do Conglomerado, conforme segue:

Diariamente (Superintendência de Risco de Liquidez & Mercado e Produtos):

- Posição e movimentação da liquidez do conglomerado;
- Monitoramento dos indicadores do risco de liquidez.

Semanalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

- Fluxo de descasamentos entre pagamentos, recebimentos e outras movimentações de todo conglomerado (*funding gap*);
- Projeção da movimentação da liquidez do conglomerado considerando os planos das áreas de negócios, necessidades de captação e nível de liquidez desejado;

Mensalmente (ALCO - *Asset and liability committee*):

- Projeção de cenários de estresse de liquidez: moderado e extremo;
- Metodologia de definição dos níveis de liquidez desejado e mínimo;
- Revisão do plano de contingência de liquidez e dos indicadores do risco de liquidez.

As políticas de gestão do risco de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições do ALCO - *Asset and liability committee*.

Desta forma, no processo de gestão do risco de liquidez no Pine, o conjunto de atividades que estão relacionadas e integradas na gestão, desde a definição de estratégias, diretrizes, controle, monitoramento até o gerenciamento, são desempenhadas e estão distribuídas nas seguintes unidades:

- Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - *Asset and liability committee*);
- Área ALM na Tesouraria;
- Risco de Liquidez & Mercado e Diretoria de Riscos, Compliance, PLD e Segurança da Informação.

m) Gerenciamento de Risco de Liquidez

O gerenciamento de risco de liquidez compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis adequados de liquidez;
- Avaliação da necessidade de manutenção de liquidez mínima para fazer frente à programação orçamentária de negócio, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de necessidade de liquidez, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Métricas de Controle e Gestão

As análises do risco de liquidez são realizadas com base nas seguintes métricas:

Liquidez Efetiva na Data

A liquidez efetiva na data tem por objetivo apurar o saldo realizado e a projeção para D+1 e as movimentações já contratadas nos saldos dos ativos que compõem a liquidez efetiva, títulos públicos livres, compromissada Selic e disponível em ME.

Liquidez Target

A liquidez *target* tem por objetivo demonstrar o valor esperado a manutenção da continuidade dos negócios correntes, calculado em função do objetivo estratégico e do valor considerando margem de segurança em excesso à 'Liquidez Mínima'.

Liquidez Cenário Projetado e Cenário Estresse

A liquidez cenários projetado e estresse têm por objetivo demonstrar cenários prospectivos de liquidez, construídos a partir da 'Liquidez na Data', em consonância com a programação orçamentária e de negócio, considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Liquidez Mínima (Cenário Projetado e Cenário Estresse)

A liquidez mínima, nos cenários projetado e estresse, tem por objetivo demonstrar os montantes mínimos representativos de 'colchão' a ser mantido, calculado de forma prospectiva, em consonância com a programação orçamentária e de negócio considerando, em visão alternativa, eventos de estresse para as principais variáveis que impactam liquidez.

Plano de Contingência de Liquidez

O plano de contingência de liquidez tem por objetivo estabelecer um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de necessidade de liquidez, que alterem o perfil de prazo e volume de recebimentos de ativos e passivos.

Balanco Patrimonial por liquidez

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com os vencimentos contratuais remanescentes, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com o período em que se estima que sejam recuperados ou liquidados.

	30/09/2022				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos
ATIVO					
Caixa e equivalentes de caixa	(7.467)	354.732	228.603	233.162	169.195
Títulos e valores mobiliários	26.010	332.918	1.601.646	2.078.185	388.353
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	2.899.580	449.028	297.663	50	-
Total	2.918.123	1.136.678	2.127.912	2.311.397	557.548
PASSIVO					
Depósitos de clientes	752.874	1.433.949	2.642.381	2.604.299	532.886
Depósitos de instituições financeiras	24.064	138.615	284.107	50.911	8.736
Captações e depósitos com liquidez disponível	-	16.958	34.333	-	-
Total	776.938	1.589.522	2.960.821	2.655.210	541.622
Derivativos	724.644	326.054	596.772	(211.771)	(68.170)
GAP	2.865.829	(126.790)	(236.137)	(555.584)	(52.244)

n) Gerenciamento de Risco de Mercado

O gerenciamento de risco de mercado compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de níveis de exposição às variações de mercado;
- Avaliação da necessidade de adequação das exposições, através de hedge, para fazer frente à programação de negócio e expectativas de mercado, inclusive sob condições de estresse;
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Intenção de Negociação

O risco de mercado é apurado em conformidade com a estratégia de negócio e a intenção de negociação das operações, podendo ser:

A 'Carteira de Negociação' (trading) é composta por operações negociadas com a intenção de giro, revenda, obtenção de benefício dos movimentos de preços ou arbitragem de assimetrias de mercado. O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão DDR (Demonstrativo Diário de Riscos) BACEN, compatível com a abordagem VaR.

A 'Carteira Bancária' (banking) é composta pelas demais operações não classificadas na 'Carteira de Negociação' (trading). O risco regulatório é apurado com base em modelagem padrão IRRBB (Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária) BACEN, compatível com a abordagem movimentos adversos no resultado e no capital em decorrência de choque nas curvas de juros.

Métricas de Controle e Análises

As análises do risco de mercado são realizadas com base nas seguintes métricas:

Análise de Valor em Risco (Value at Risk – VaR)

O VaR tem por objetivo apurar a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. Utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 99%, com apuração por mercado, vértices de vencimento e por fator de risco.

Análise de Resultado Gerencial à Mercado

A análise de resultado a mercado tem por objetivo apurar o resultado gerencial econômico a mercado (MIM), pelo apreamento dos ativos e passivos, segregando seu impacto conforme a natureza do resultado, se contábil e/ou gerencial.

Análise de Sensibilidade e de Estresse

A análise de sensibilidade tem por objetivo avaliar a variação do valor de mercado da carteira considerando o deslocamento de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros ou conforme cenários pré-estabelecidos.

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para as operações com instrumentos financeiros, em decorrência da possibilidade de variação cambial, juros ou quaisquer outros fatores. Para a apuração dos impactos às taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s, para a data base:

o) Análise de sensibilidade

O quadro demonstra a análise da sensibilidade para todas as operações com instrumentos financeiros, que exponham o Pine a riscos oriundos de variação cambial, juros ou quaisquer outras fontes de exposição, sendo que para a apuração dos impactos as taxas de juros, aplicam-se as respectivas variações das taxas de mercado aos PV01s apurados em 30 de setembro de 2022:

Fator de Risco	Exposição	Análise de Sensibilidade		
		30/09/2022		
		Cenários		
		Provável (I)	Possível (II)	Remoto (III)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	Variações na taxa de juros prefixada	(2.738.414)	(9.321.330)	(18.642.660)
Índice de Preços (IGPM)	Variações no cupom de IGPM	(6.690)	(62.934)	(125.869)
Índice de Preços (IPCA)	Variações no cupom de IPCA	(1.632.260)	2.521.194	5.042.387
Taxa Referencial (TR)	Variações na TR	(513.777)	(5.400.897)	(10.801.794)
Taxa de Cupom de Dólar	Varição cupom cambial	(67.114)	(1.848.656)	(3.697.313)
Taxas de Cupom de Outras Moedas	Varição cupom cambial	(2.053)	(29.728)	(59.456)
Cesta de Moedas	Varição na cotação da cesta de moedas	(1.539.574)	(1.995.929)	(3.991.858)
Total (soma não correlacionada)*		(11.788.708)	(19.109.155)	(38.218.309)
Total (soma correlacionada)**		(6.499.882)	(16.138.281)	(32.276.562)

*Soma não correlacionada: representa a soma dos resultados obtidos no pior cenário de estresse para cada fator de risco.

**Soma correlacionada: representa o pior resultado da soma do estresse de todos os fatores de risco considerando a correlação entre eles.

Cenários				
Cenário I - Provável	Cenário composto pela soma dos preços ou taxas de mercado em 30 de setembro de 2022 e suas respectivas volatilidades apuradas através do método de EWMA ($\lambda=94$).			
		Taxa Mercado	Choque	Nova Taxa Mercado
Curva		(1 ano)		(1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)		13,17%	1,38%	13,35%
Índice de Preços (IGPM)		9,01%	2,66%	9,25%
Índice de Preços (IPCA)		8,13%	2,55%	8,34%
Taxa Referencial (TR)		10,98%	1,30%	11,12%
Taxa de Cupom de Dólar		5,43%	1,07%	5,49%
Taxa de Cupom de Outras Moedas		3,81%	0,86%	3,85%
Taxas <i>OffShore</i> (Libor + outras Offshore)		3,83%	0,18%	3,83%
Moedas		5,37	0,19	6,39
Cenário II - Possível	Cenário composto pelo choque de 25% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:			
		Taxa Mercado	Choque	Nova Taxa Mercado
Curva		(1 ano)		(1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)		13,17%	25%	16,46%
Índice de Preços (IGPM)		9,01%	25%	11,26%
Índice de Preços (IPCA)		8,13%	25%	10,16%
Taxa Referencial (TR)		10,98%	25%	13,72%
Taxa de Cupom de Dólar		5,43%	25%	6,79%
Taxas de Cupom de Outras Moedas		3,81%	25%	4,77%
Taxas <i>OffShore</i> (Libor + outras Offshore)		3,83%	25%	4,78%
Moedas		5,37	25%	6,71
Cenário III - Remoto	Cenário composto pelo choque de 50% nos valores das curvas de juros de mercado (divulgadas pela B3 SA - Brasil, Bolsa, Balcão), e nas cotações de fechamento, (dólar e equity), conforme exemplo a seguir:			
		Taxa Mercado	Choque	Nova Taxa Mercado
Curva		(1 ano)		(1 ano)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)		13,17%	50%	19,76%
Índice de Preços (IGPM)		9,01%	50%	13,52%
Índice de Preços (IPCA)		8,13%	50%	12,19%
Taxa Referencial (TR)		10,98%	50%	16,47%
Taxa de Cupom de Dólar		5,43%	50%	8,15%
Taxas de Cupom de Outras Moedas		3,81%	50%	5,72%
Taxas <i>OffShore</i> (Libor + outras Offshore)		3,83%	50%	5,74%
Moedas		5,37	50%	8,05

(i) Balanço por moeda

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à moedas, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com as principais moedas negociadas.

	30/09/2022		31/12/2021	
	Dólar	Euro	Dólar	Euro
ATIVO				
Caixa e equivalentes de caixa	26.792	556	75.195	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	85.751	2.476	64.725	-
Outros ativos	(6)	-	(23)	-
Total	112.537	3.032	139.897	-
PASSIVO				
Depósitos de clientes	-	-	6.500	-
Obrigações por empréstimos e repasses	5.166	-	6.732	765
Relações com correspondentes	11.401	7	6.110	-
Total	16.567	7	19.342	765
Derivativos	97.896	2.962	120.305	(689)
GAP	(1.926)	63	250	(76)

(ii) Balanço por Risco de Mercado

O quadro a seguir apresenta os ativos e passivos de acordo com sua exposição à mercado, considerando os fluxos não descontados (exceto os derivativos) de acordo com os principais fatores de risco incorridos.

	30/09/2022				31/12/2021			
	Pré	IPCA	TJLP	TR	Pré	IPCA	TJLP	TR
ATIVO								
Caixa e equivalentes de caixa	544.256	457.972	-	-	693.393	261.154	-	-
Instrumentos de dívida	3.172.118	1.427.281	-	52.677	3.481.866	1.208.287	-	-
Empréstimos e adiantamentos a clientes	3.124.922	8.389	-	192.006	1.375.040	-	-	26.761
Total	6.841.296	1.893.642	-	244.683	5.550.299	1.469.441	-	26.761
PASSIVO								
Depósitos de clientes	6.177.998	1.824.886	-	-	2.499.260	813.559	-	-
Depósitos de instituições financeiras	251.589	132.504	-	-	3.343.333	753.561	-	-
Captações no mercado aberto	51.290	3.289	-	2.795	40.142	17.381	-	22.711
Total	6.480.877	1.960.679	-	2.795	5.882.735	1.584.501	-	22.711
Derivativos	1.390.119	(8.956)	-	-	477.488	(9.605)	(4.344)	-
GAP	1.750.538	(75.993)	-	241.888	145.052	(124.665)	(4.344)	4.050

p) Gerenciamento de Outros Riscos Relevantes

O gerenciamento dos demais riscos relevantes compreende um conjunto de atividades:

- Processo contínuo de monitoramento de indicadores representativos dos eventos críticos;
- Avaliação da necessidade de adequação e melhoria de processos, ferramentas e soluções, para fazer frente à programação de negócio e incorporar novas exigências regulatórias, tecnologias e práticas de mercado, inclusive garantindo a implementação do plano de continuidade de negócio, sob condições de estresse; e
- Planejamento de metas e de controle de limites de risco de mercado, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

Política de Responsabilidade Sócio Ambiental (PRSA)

A PRSA tem por objetivo estabelecer e apresentar a estrutura de gerenciamento de risco socioambiental por meio de diretrizes que permeiam a estratégia da Instituição em relação ao tema socioambiental. Tal Política contém princípios que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios e nas relações do Pine com as partes interessadas, contribuindo para o aperfeiçoamento das práticas da cadeia de valor e buscando o desenvolvimento sustentável.

As partes interessadas são os clientes e usuários dos produtos e serviços oferecidos pela Instituição, a comunidade interna à sua organização e as demais pessoas que podem ser impactadas pelas atividades da Instituição. O Pine faz consultas e diálogos estruturados com suas Partes Interessadas, a fim de contribuir para o aprimoramento da gestão dos negócios e promover aprendizados contínuos para ambos os lados. A PRSA estimula a participação das Partes Interessadas em seu processo de elaboração.

No processo de avaliação e concessão de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, se o Compliance encontrar alguma inconsistência referente ao tema socioambiental, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu rating de crédito que será definido pela área de Análise de Crédito.

Neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica segmentos ou organizações para as quais o Pine tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidos com práticas trabalhistas ilegais, que firmam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades consideradas nocivas à sociedade e ao meio ambiente. Para evitar danos à sua reputação e não fomentar negócios que não estão em conformidade com os princípios e as políticas, o Pine realiza uma avaliação contínua dos clientes atuais e potenciais que atuam em setores críticos do ponto de vista socioambiental.

Tecnologia da Informação

O Banco Pine se caracteriza pelo *mindset* digital e investe estrategicamente em melhoria contínua do ambiente tecnológico, incorporando as tendências de novos produtos e linguagens e adotando melhores práticas de mercado, na automatização contínua dos processos críticos e na formulação de solução sistêmica para integração dos processos internos visando escalabilidade, sinergia e agilidade.

Plano de Continuidade de Negócios

O Banco Pine adota políticas conservadoras de armazenamento e segurança de dados e soluções tecnológicas que permitem a manutenção dos sistemas e informações essenciais com redundância e replicação em tempo real, para mitigar os impactos causados e falhas operacionais de hardware e software, no seu próprio ambiente tecnológico e na infraestrutura e conectividade de mercado.

A estrutura e capacidade de processamento computacional garantem a manutenção dos níveis de performance e segurança para o funcionamento adequado dos aplicativos e soluções sistêmicas para atendimento ao cliente, tratamento de informações cadastrais, negociação de operações, controle financeiro e contabilização, controle de riscos, e processamento de dados.

Segurança de Informação

O Banco Pine adota procedimentos escritos para garantia da segurança de informação. Qualquer violação de segurança causada por acesso não autorizado às informações ou sistemas, que podem ter efeito adverso relevante sobre o negócio, estão cobertas pelo monitoramento contínuo, seja para garantia da integridade física dos dados, seja também para fins de atendimento às exigências da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados, de 2018).

45. OUTROS ASSUNTOS

O cenário de pandemia causado pelo novo Coronavírus (Covid-19) desde 2020 exigiu que o Banco Pine colocasse em prática medidas de monitoramento contingenciais para amenizar os efeitos que pudessem afetar suas operações e resultados, atuando tempestivamente em resposta ao dinamismo do cenário atual, visando sempre a saúde e bem-estar dos colaboradores, e em consonância com os protocolos do Ministério da Saúde e das demais autoridades.

Com o avanço da vacinação no país, foi possível realizar o retorno gradual aos escritórios por meio da implantação de um modelo híbrido de trabalho, reflexo dos investimentos em tecnologia que permitiram as interações virtuais com mais agilidade.

Para mais informações sobre a estratégia e performance do Banco, consulte o relatório gerencial do terceiro trimestre de 2022 disponível no site de Relações com Investidores <https://ri.pine.com>.

46. RECONCILIAÇÃO DO RESULTADO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (BRGAAP e IFRS)

As Demonstrações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas do Pine foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecida pela Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável, denominadas "BRGAAP" e estão sendo apresentadas separadamente dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias Consolidadas.

De acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20, apresentamos a seguir a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) e patrimônio líquido entre o BRGAAP e o IFRS:

Resultado	Referência	3T22	30/09/2022	3T21	30/09/2021
Resultado - BRGAAP		12.212	18.505	2.811	4.594
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - <i>Impairment</i>	a	5.612	19.791	5.100	(19.732)
Ajuste IFRS 9 - Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)	b	(731)	(817)	(108)	(686)
Ajuste IFRS 15 - Exclusividade de seguros	c	-	-	22.309	22.758
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	d	80	201	87	164
Ajuste IFRS - Ativo fiscal diferido	e	(2.191)	(8.585)	(14.470)	(3.265)
Resultado - IFRS		14.982	29.095	15.729	3.833

Patrimônio Líquido	Referência	30/09/2022	31/12/2021
Patrimônio Líquido - BRGAAP		857.607	779.133
Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - <i>Impairment</i>	a	19.791	53.548
Ajuste IFRS 9 - Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)	b	(5.074)	(4.256)
Ajuste IFRS 16 - Aluguel	d	(2.202)	(2.403)
Ajuste IFRS - MTM <i>Hedge</i>	f	(255)	844
Ajuste IFRS - Ativo fiscal diferido	e	(7.604)	(23.612)
Patrimônio Líquido - IFRS		862.263	803.254

a) Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - *Impairment*

Baseando-se na orientação fornecida pelo IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", o Banco Pine estima a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. O BRGAAP baseia-se na Resolução CMN nº 2.682/99.

b) Ajuste IFRS 9 - Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)

Em consonância com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Para o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas, pelo regime de caixa.

c) Ajuste IFRS 15 - Contrato de exclusividade de operações de seguros

Refere-se ao acordo comercial entre o Banco Pine e a Seguradora (parte não relacionada). No exercício de 2021, houve cessão do contrato de direito de exclusividade, sem cláusulas de obrigação de desempenho, portanto o valor que no IFRS seria diferido no tempo do contrato de exclusividade, foi reconhecido diretamente no resultado.

d) Ajuste IFRS 16 - Aluguel (Contratos de arrendamentos)

O Banco Pine arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes aos mecanismos de funcionamento de seu negócio. Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco. O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Para o BRGAAP, os alugueis são reconhecidos como despesa administrativa.

e) Ajuste IFRS - Ativos fiscais diferidos

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

f) Ajuste IFRS - MTM *Hedge*

Em consonância com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", somente a parte do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* qualificado como *hedge accounting* de fluxo de caixa, que é determinada como *hedge* eficaz, deve ser reconhecida diretamente como outros resultados abrangentes. O IFRS 9 também requer que a descontinuidade do *hedge accounting* de fluxo de caixa e o ganho ou a perda cumulativa resultante do instrumento de *hedge* que se mantém reconhecido como resultados abrangentes, desde o período em que o *hedge* estava em vigor, deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até a liquidação do objeto do *hedge*.

47. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Administração da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. (Anteriormente denominada Pine Entre Verdes Empreendimento Imobiliário SPE Ltda.) aprovou em reunião de sócios realizada em 03 de outubro de 2022, a redução de capital social no montante de R\$175.397, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas e com restituição de tal valor reduzido aos sócios. Dessa forma, a contagem do prazo para efetiva redução de capital, de que trata o §1º do Artigo 1.084 do Código Civil, se inicia nesta data. Após a redução, o capital social será de R\$390.400.

A Administração da Pine Corretora de Seguros Ltda. aprovou em reunião de sócios realizada em 25 de julho de 2022, a redução de capital social no montante de R\$6.998, mediante diminuição proporcional do valor nominal das quotas e com restituição de tal valor reduzido aos sócios. Dessa forma, a contagem do prazo para efetiva redução de capital, de que trata o §1º do Artigo 1.084 do Código Civil, se inicia nesta data, com encerramento em 26 de outubro de 2022. Após a redução, o capital social será de R\$18.102.

A Administração da Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. aprovou em reunião de sócios realizada em 25 de julho de 2022, a redução de capital social no montante de R\$49.038, sendo: (a) R\$32.878 mediante absorção dos prejuízos acumulados verificados no balancete de 31 de dezembro de 2021, com diminuição proporcional do valor nominal das quotas, nos termos dos artigos 1.082, I e 1.083 da Lei 10.406/02; e (b) R\$16.160 com restituição de tal valor aos sócios e diminuição do valor nominal das quotas. Dessa forma, a contagem do prazo para efetiva redução de capital, de que trata o §1º do Artigo 1.084 do Código Civil, se inicia nesta data, com encerramento em 26 de outubro de 2022. Após a redução, o capital social será de R\$36.993.

A DIRETORIA

CONTADORA

Renata Leme Borges dos Santos - CRC SP 241045/O-0



BANCO
PINE